

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Percorrendo possíveis:
entre a rua e as práticas na assistência**

Jéssica Aguirre da Silva

Porto Alegre, 2020

Primavera

Percorrendo possíveis: entre a rua e as práticas na assistência

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Oriana Holsbach Hadler

Porto Alegre, 2020

Primavera

.agradecimentos

Esse trabalho, em um de seus sentidos, finaliza aqui, e tenho a agradecer a muitas e muitos por isso, de diferentes formas. A melhor de todas seria o abraço apertado, com toda a gratidão transmitida por esse encontro de energias, mas em tempos de distanciamento físico ficamos, por hora, com o afeto que as palavras são capazes de transmitir.

Para aquelas e aqueles que caminham e caminharam comigo:

Rodrigo, Carlos, Daniel, Seu Pedro, tantas e tantos mais com quem me encontrei neste um ano de estágio no Serviço Especializado de Abordagem Social. Nomes fictícios para pessoas reais com quem aprendi o que escrevo neste trabalho e o que ainda segue desdobrando e transbordando em mim, em forma de questões e de afetos. O encontro com as usuárias e usuários do serviço e também com a rua e tudo que ela representa foi o mais intenso e significativo para que essa escrita fosse possível. Muito obrigada.

Família – pais, irmã e irmãos –, vocês sempre dizem que eu irei longe, no sentido literal de estar em um lugar mais distante, e no sentido afetivo de crescer e conquistar novos espaços e sonhos. Digo a vocês que se hoje posso ir mais longe é porque aprendi a andar com vocês e com o apoio que sempre me ofereceram. Obrigada por me ajudarem nos meus primeiros passos.

Tiele, Manu e Ari, agradeço por me ensinarem que lar é onde mora o afeto e que podemos ter vários lares afetivos por onde quer que nosso caminho siga, e que dentro de cada um deles sempre encontrarei acolhida, apoio e amizade. Esse carinho constante fez toda a diferença ao longo desse percurso.

João, Laura e Gabi, no transbordar de questões vocês transbordam cuidado e afeto, deixando a passada mais tranquila, acolhendo o cansaço e oferecendo o respiro para seguir. Entre idas e vindas de tantos caminhos percorridos juntos, seja na saída da aula ou na volta de intercâmbios, saber que vocês *estão* é alento e calor no coração, sempre.

Agradeço às tantas amigas mulheres incríveis que tenho e com quem aprendo todos os dias, em especial àquelas que me acompanharam mais de perto no último ano, Mari Borges, Nicole Scur, Karina Camargo, Luiza Nascimento e Amanda Willers, pelo partilhar de suas sensibilidades, energias, afetos e lutas comigo. Que privilégio caminhar ao lado de todas vocês.

Minha turma 2014/2, afetuamente chamada psicolove, pela qual tenho um carinho enorme. Cada pessoa de alguma forma e em algum momento deixou em mim um afeto, e nós, enquanto turma, caminhamos lado a lado ao longo destes seis anos, costurando enlaces nesse tecer do afetar-se que é a formação psi. Agradecimento especial às amigas Vanessa, Pietra, Nick, Rafa,

Mari, Cami Veríssimo, Jé Becker e ao amigo Fê pelas trocas, aprendizados, apoio e risadas, que sempre tornaram o caminhar mais leve.

Gis, amiga, contigo aprendi outro ser e fazer em Psicologia e acho que nunca encontrarei palavras suficientes para expressar o quanto sou grata por esse presente. Docentes como tu, que apostam, constroem e ampliam olhares e ideias junto às alunas e alunos fazem toda a diferença nesse percurso-formação. Que sorte a minha esse encontro na graduação, e sorte ainda maior por ele ter desdobrado nessa amizade cheia de afeto, cuidado e parceria. Seguimos juntas.

Ori, que alegria nosso encontro! Na busca por orientação para um trabalho de fim de curso, descubro a acolhida em forma de sorrisos e a aposta em forma de entusiasmo e ideias. Meu caminhar na escrita, geralmente relutante e inseguro, se aproximou da tranquilidade e da confiança com as tuas palavras, sempre tecidas em sensibilidade e encorajamento, seja no texto ou nos encontros por vídeo. Faltou o abraço e o café pessoalmente, que ficam aqui como encontro marcado para o literal *assim que possível*. Obrigada por tudo, de verdade.

Dina, ex-supervisora de estágio e amiga querida, percorrer a rua ao teu lado foi um presente enorme ano passado. Cada passada de passos e ideias me ajudou a ampliar o que eu via e pensava sobre a rua e quem habita, vive, é e morre nela. Contar com a tua acolhida e disposição para pensar junto essas questões foi fundamental para o desdobrar em palavras que trago aqui. Agradeço muito a aposta e confiança, e mais ainda por seguir partilhando essa caminhada comigo.

AICAS e profissionais do serviço de abordagem social, agradeço mais uma vez a oportunidade que tornou possível essa escrita. Vivenciar essa experiência de estágio junto a vocês foi uma vivência ímpar para minha formação. Agradecimento especial para meus colegas de estágio, Will, Gabi e Dai, pela parceria afetiva e questionadora nessa caminhada, para Taiana e William, ex-colegas de equipe e grandes profissionais com quem troquei tantas ideias pelas ruas do centro, e também para Amanda, com quem sigo trocando mais de perto pensamentos e afetos: muito do que está aqui também ecoa desse encontro com todas e todos vocês.

Agradeço também à UFRGS por manter seu compromisso social e, assim, oportunizar trabalhos como os estágios na rede e os projetos de extensão e suas implicações na comunidade externa, experiências que deram ainda mais sentido ao meu percurso-formação. Agradecimento especial ao Instituto de Psicologia (COMGRAD, docentes, técnicas(os) e terceirizadas(os)) pela aposta constante em suas alunas e seus alunos e pela criação e sustentação de estratégias que buscam acolher, acompanhar e auxiliar nossa caminhada dentro do curso. A defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade deve seguir, agora mais do que nunca, assim como a defesa de seu acesso e permanência de todas e todos.

.sumário

.caminhar.....	6
.caminhar na rua.....	10
.percorrendo possíveis.....	11
.no caminho, um paredão.....	15
.na bifurcação, uma escolha.....	21
*nota de rodapé que não é uma nota.....	27
.na rota sistemática, um desvio.....	31
.na parada, um ponto que não é final.....	39
.pós-escrito (ou o que segue lá, aqui e adiante).....	47
.referências.....	51

.caminhar

Aqui inicio e refaço ao mesmo tempo uma caminhada que é constante, mesmo nas suas paradas. Cada dobra, curva, cruzamento, bifurcação, túnel e desvio diz de passos e encontros, diálogos e observações, afetos e questionamentos. O caminho vai se fazendo de diferentes formas e a partir de diferentes pontos (de ônibus e de interrogação), num abrir e fechar de rotas possíveis, que se alongam ou parecem estar prestes a acabar, hora sendo asfalto infinito de uma rodovia, hora se transformando em trilha na mata fechada ou estrada de chão que levanta poeira. O caminho é muitos e um só, assim como o caminhar, que é feito com passos sem pressa, porém cheio de atropelos e tropeços.

Te convido a caminhar comigo, lado a lado, pelas ruas, calçadas, praças, avenidas, arroyos e orlas. Mas já aviso, apesar dos passos lentos no asfalto, costumo andar rápido nas palavras e nos pensamentos, na inquietude do sentir, no anseio do afetar-se. Tropeço nas palavras para fazer andar ideias que nem sempre conseguem sincronizar o passo umas com as outras. Por vezes me perco, principalmente nos desvios ou nos túneis, por conta das incertezas desse encontro com o desconhecido. Mas já sabemos que se perder também faz parte do caminho e os encontros são bem-vindos e necessários, sejam eles esperados ou não. O mesmo se dá com o tropeço e a parada. Essa última, necessária e crucial na tomada de fôlego para seguir caminho. Para seguir esse que eu proponho, principalmente.

Então vem, percorre comigo essa caminhada. Só aconselho colocar um sapato confortável porque, como já disse, a passada pode ficar um pouco difícil, tortuosa, cansativa, até sufocante. Não garanto muito conforto e comodidade porque faz tempo que a inquietude é quem mais faz parte desse trajeto e é também o maior estímulo para ele. Mas posso tentar garantir a passagem por afetos e pensamentos que acolhem. E, quem sabe, o desdobramento de alguns outros a partir deles. Assim como a conversa opera desdobramentos em silêncio e em tempos singulares, a partir das associações e dos sentidos vivenciados nos encontros que seguem para além dela¹, acredito que o mesmo pode acontecer nesse caminhar. Ele segue. Seguimos.

* * *

¹ Deleuze (1992)

Seguimos, mas por onde? Ou melhor, a partir de onde? Esse caminho é feito através e de mãos dadas com o trabalho na política de assistência social da cidade de Porto Alegre com a população em situação de rua. A escolha pelo estágio de ênfase em políticas públicas foi o primeiro passo dessa caminhada, iniciada em janeiro de 2018. Na verdade, essa escolha já vem desde muito tempo, iniciando talvez logo na minha entrada no curso de Psicologia, em 2014. Minha trajetória psi começou a ser delineada a partir do fascínio e desejo despertado pelas disciplinas do departamento de Psicologia Social e Institucional, e minhas experiências se voltaram para essa área, mais que para qualquer outra. Hoje posso dizer que minhas vivências mais significativas no curso (até então) foram os dois anos no Projeto de Extensão Estação PSI (Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar), trabalhando com as e os adolescentes em conflito com a lei, e o estágio de ênfase em políticas públicas no serviço de Abordagem Social com a população em situação de rua, na AICAS (Associação Intercomunitária de Atendimento Social).

Essa escrita é expressão dessa última experiência, mas é evidente que nenhuma caminhada inicia sem estímulos, sem o que veio antes para puxar o que vem a seguir. Minhas experiências com as/os adolescentes, assim como nos outros estágios, aulas, encontros e trocas com professoras(es) e colegas estiveram comigo nessa trajetória, fazendo parte de cada percepção, reflexão e passo dado nesse experienciar a rua e o trabalho com quem vive e faz parte dela. É possível que em alguns momentos desse andarilhar nas palavras sobre o que foi vivido surjam pequenos fragmentos de curvas feitas em um caminho anterior que possam ter me ajudado a andar com mais segurança por certos lugares e reflexões, assim como experiências que adquiriram novos sentidos quando conectadas com a vivência que contarei aqui. Acredito que se trata desse constante desdobrar, ou então das experiências que me passam, me acontecem e me tocam², e que nunca são finitas em si, mas sim constantes entre si, como fios que se encontram, entrecruzam, fazendo tensão e laço um com o outro.

Mas o que foi (ou o que segue sendo) exatamente esse caminho na política de assistência social com a população em situação de rua? Em Porto Alegre existe o Serviço Especializado em Abordagem Social para atendimento a essa população, que é ofertado pelos CREAS (Centros de Referência Especializada da Assistência Social) e que busca assegurar um trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios da cidade, as situações de rua em que se

² Larrosa (2002)

encontram crianças, adolescentes, indivíduos adultos e famílias³. As abordagens são realizadas na rua por educadoras(es) e técnicas(os) sociais, que procuram estabelecer vínculos com a população abordada a partir do contato presencial, dos acompanhamentos na rede de assistência e saúde da cidade e, principalmente, pela presença constante da equipe no espaço da rua. Essas abordagens podem ser do tipo solicitada, quando a população realiza uma solicitação para que a equipe vá até uma pessoa ou um grupo de pessoas que esteja em situação de rua e realize uma abordagem, ou sistemática, que se caracteriza por aproximações e possível conversa com alguém em situação de rua a partir da circulação das equipes pelo território.

As informações anteriores constam nos registros sobre os serviços disponíveis em sites e materiais da prefeitura de Porto Alegre, mais especificamente vinculados à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), que, de forma geral, trazem informações protocolares sobre os processos de trabalho deste e de tantos outros serviços. Mas como funciona e se organiza realmente esse fazer nas políticas de assistência? No cotidiano do serviço de abordagem social no território do centro de Porto Alegre o que vemos geralmente é um mar de demandas que se atropelam e que parecem infinitas em um movimento de eterno desdobrar. A montagem da “agenda” da semana aos poucos vai se adaptando aos dias e suas intercorrências, ações imprevistas, desdobramentos inesperados, e ao final da semana aquele planejamento da segunda-feira é praticamente um esboço do que era inicialmente. Ainda assim, o fazer acontece e segue acontecendo, se espremendo entre paredes que fecham e encontrando brechas onde é possível.

As abordagens sistemáticas costumam ser planejadas a cada novo início de semana; já as solicitadas nunca o são – chegam no tempo do solicitante e da sua demanda. Muitas vezes são elas que cortam o plano de ações do dia, o que adiciona outro peso a esse fazer (questão que será retomada mais adiante). Ainda assim, fazemos. Porque não se pode parar. Em parte pelo encadeamento de ações que vão surgindo a cada novo encaminhamento, em outra pela pressão do prestar contas que acompanha um serviço público. Por vezes, os números se sobrepõem ao nosso fazer, recuando e quantificando nosso passo, causando tropeços na caminhada, apertando o pé e a prática de quem está na chamada “ponta”.

A ponta, que é a primeira parte de qualquer coisa que chega ao outro, que toca. Ponta do lápis, ponta da flecha, ponta da faca. Uma palavra bastante significativa e certa para denominar os serviços e profissionais que atendem diretamente usuárias e usuários dos

³ FASC (2014)

equipamentos públicos de saúde e assistência social. Assim como as pontas das coisas, a ponta dos serviços nunca sabe muito bem como vai ser esse encontro com o que ou quem está na sua frente. Ao mesmo tempo em que pode fluir o grafite do lápis no papel ou o metal da flecha no alvo, esse impacto pode vir com muita força e acabar rasgando a folha, rachando a madeira, ou então ser fraco demais, impedindo o registro escrito ou passando longe do ponto central. A única coisa que sabemos com certeza é que essa ponta absorve o primeiro impacto, e talvez todos os outros que venham a seguir dele, inclusive os finais. O trabalho na ponta diz do encontro com o outro dentro da incerteza de seus atropelos e da certeza dos seus efeitos. É esse encontro do certo com o incerto nas nossas práticas e questionamentos que diz muito mais sobre esse trabalho – e isso, infelizmente, não encontramos em nenhum protocolo ou manual da prefeitura.

.caminhar na rua

Calor, dor, cansaço, dor, calor, frio, dor, frio. Eu sinto, tu sente. Ele deitado na calçada sente mais. “Queria ter um casaco assim como o teu”, ele me disse. Garrafinhas d’água para aliviar o calor. O meu, o dele, o dela, o nosso. Água, água, água. Ou o frio que corta, papelão que resiste. Resiste? Caminha, caminha, caminha. Dor no joelho, cansaço. Olhares. Múltiplos olhares de múltipla multidão. Olhares sobre nós, não sobre eles ou elas. Para eles e elas somente quando estão conosco. É o colete ou o fato de estarmos conversando com as pessoas? O colete. “Abordagem social.. Coisa da prefeitura”, diz alguém que passa. Pensamento coletivo de remoção. Re-mover. Mover outra vez. De onde e para onde? Nós nos movemos em um movimento constante (sem sair do lugar?). Caminha, caminha, caminha. Para, respira, olha. Abordar ou não abordar? Sim. Não. Onde está a abertura? Linha fina e gigante entre o “todo mundo passa reto, é a primeira vez que falam comigo”, e o “não quero falar nada não, vão embora”. Dos dois lados e no meio há silêncio(s) de qualquer forma. Silenciamentos. Nada. E tudo. Ruas que gritam de dentro da mordada de quem nunca é escutado por quem não quer escutar. Ou prefere escutar e ver somente o que convém. O corpo também se torna – é tornado – invisível por ter seu grito sufocado nesse silêncio imposto. Só existe/aparece/afeta quando incomoda. Quando um corpo incomoda? Por que incomoda? O que incomoda? Por que uma forma de ser e viver a cidade se impõe (e se acha no direito de se impor) sobre outra forma? Formas ou formas, de bolo ou de vida – de vidas emboloradas. Onde está escrito que tal forma de viver a vida é a que vale mais? Em muitos lugares, inclusive nas políticas públicas, me dizem supervisoras, professoras, técnicas e outras pessoas que dominam o saber intelectual e/ou da experiência... Está na política. Está nos serviços. Está nas práticas. “Esse é o modo correto de viver”. Ou, melhor dizendo, o modo em que temos que te colocar, do contrário não tem abrigo, casa, albergue, benefício, nada. Não há proteção ou garantia de direitos. Seus direitos são uma moeda de troca, você acessa (ou merece, como diz aquele outro discurso) eles a partir da sua produtividade enquanto indivíduo. Não, viver e ser o teu modo de viver e ser na rua não conta, não está no registro, não encaixa. En-caixar – dentro da caixa (ou da forma). É preciso entrar na caixa para falarmos de todo o resto. Caixa/forma/perfil. “Ele tem perfil pra entrar aqui”. E lá, e ali. Mas se não tiver o perfil, ou ele se molda ou... Ou o que? Deixa morrer. Quem deixa? O Estado, os serviços, eu... Não, não ele que habita a rua. Ele quer viver o viver dele. Ser o ser dele. Não é essa escolha que deixa ele morrer. É a nossa.

Como eu disse, o caminho é um pouco duro, e para dureza é preciso achar brechas de ar e descanso. Um passo de cada vez então.

. percorrendo possíveis

Essa escrita percorre os caminhos da política de assistência da cidade, fazendo parada no campo de estágio do serviço de Abordagem Social da população em situação de rua, buscando problematizar, questionar, pensar e discutir nossas práticas e nosso agir, que são tomados, muitas vezes, como limitados e como únicos caminhos possíveis no trabalho com a população em situação de rua. Diante do absurdo, do insuportável, do impensável e do que ele nos provoca, do quanto ele nos afeta e, principalmente, de como ele nos sufoca, o que é possível dentro do que fazemos? Ou então, quais são os possíveis para não sufocarmos de fato⁴? Como não reprimir nossa sensibilidade, nossas práticas, nossa capacidade de criação que pode – e deve – servir como forma de resistência ao que não pode ser tomado como parte do cotidiano, do comum, como algo suportável e compreensível? Como norteamos nossas práticas como ações ético-políticas que sigam tensionando e resistindo aos jogos de força que permitem o “deixar morrer”? Como manter esse norte com tantos atravessamentos que insistem em nos fazer tropeçar, desviar, correr e atropelar ao longo do caminho?

Sabendo que a ação (ou paralisação) que é tomada como único caminho possível ou como limitação do nosso fazer também pode ceder espaço para o endurecimento do trabalho e, por vezes, para a perda da sensibilidade diante do que deveria afetar e provocar criações (intervenções, invenções e outras ações possíveis), é preciso questionar e pensar constantemente nossas práticas enquanto processo ético-político e enquanto possibilidade de abertura para um agir outro. A partir dos tensionamentos sobre nossas ações, das discussões a respeito do trabalho prescrito e realizado, da nossa análise de implicação nas instituições, do resgate da ideia de que sempre há algo de um possível em tudo que fazemos, podemos abrir espaço para uma tentativa de diferenciação entre reprodução de violências e construção de estratégias de enfrentamento destas violências, assim como possibilitar a abertura para outras práticas possíveis dentro do cuidado em liberdade.

Com a precarização dos serviços de assistência e as dificuldades cada vez maiores de um fazer com base nas políticas de luta por direitos essenciais, assim como pelo acesso e garantia deles, nos deparamos com uma preocupante tendência a um esvaziamento do questionar e do questionar-se nesses espaços, assim como ao surgimento de impossibilidades de ação no trabalho

⁴ Deleuze (1992)

dentro da assistência. Dessa forma, se faz ainda mais necessário que, além das lutas e da produção de resistências diante dessa realidade, também se faça presente o tensionamento, o questionamento, a problematização e a discussão a respeito das opressões e práticas de normalização, para que o olhar para estas questões não acabe se desviando de forma automática, como acontece com os olhares de quem passa por uma pessoa em situação de rua.

Na busca por estes possíveis e pela abertura de espaço para esse(s) outro(s) fazer(es) dentro das nossas práticas, trabalhamos nesta escrita com aquilo que de afeto transbordou nesse caminho dentro do estágio no serviço de abordagem social: cenas e vivências que convocam o pensar sobre os **modos de habitar, ser, viver e morrer na rua**. Cada narrativa se abre e desdobra em si mesma, trazendo novos elementos, disparando questões sustentadas em conceitos como afetar, experiência, cuidado em liberdade, trabalho prescrito, implicação, ética. Ao longo da escrita, caminhamos por cada cena como no movimento de uma abordagem social: uma aproximação aos poucos, medindo passos e aberturas, adentrando devagar aquele espaço, sentando, olhando e escutando, na busca pela construção de um vínculo. Nesse caso, na busca por um espaço de problematização, reflexão e tensionamento de práticas no trabalho com pessoas em situação de rua que também provoque o desdobramento de possibilidades (dos possíveis) dentro do que fazemos.

* * *

Cabe ressaltar que ao refazer o caminho, repisar os passos, retomar as rotas, já falamos de outro lugar e outra caminhada, de uma nova passada, porque o tempo do agora já é outro, não mais aquele que passou. Mesmo os caminhos sendo muito similares, por virem da experiência, eles também já não são os mesmos, assim como o tempo da leitura deste texto já não é o tempo da sua escrita. Ainda que deixássemos rastros, pistas, migalhas a cada passada, não é possível voltar ao mesmo lugar – ou à mesma cena. Essas que trarei aqui não são mais aquelas vividas, mas sim as que estão comigo agora, que decantaram no meu tempo, que transbordaram e enlaçaram a vivência com os afetos que me despertam, tornando-se experiência. As cenas trazidas aqui seguem durando em mim como problemáticas, não no sentido de serem um problema ou uma dificuldade, mas no sentido de seguirem trazendo, levantando, transbordando questões. E sabemos que em cada tempo de leitura, em cada olhar que se debruçar sobre essa

escrita, essas cenas terão seus sentidos ainda mais expandidos, explorados, revisados. De todas as formas, esperamos que elas sigam despertando inquietações-movimentos como as que trouxeram elas para esse texto.

Às vezes a experiência vem tão forte que sufoca, fica presa, não sai. Muito do que trago aqui seguiu assim, como nó na garganta, engasgando a fala – ou o grito – por muito tempo até ser possível que a palavra chegasse ao papel. E ao nos derramarmos em palavras, percebemos que elas não dão conta do acontecimento, justamente porque ele já não é o que foi⁵. No encontro com essa limitação, pode emergir o enfrentamento da escolha entre o silêncio e o dizer, ou então o dar-se conta que “nas histórias, falas e silêncios moram juntos e às vezes um pisa no pé do outro. Silêncio e grito se trombam.”⁶. Pode ser possível respeitar os silêncios, desde que tomando cuidado para que eles não aproveitem o medo ou a frustração para se tornarem definitivos, resolutos. É preciso deixar durar o que ainda não pode ser dito, saber identificar seus momentos de ser e de ir, ter paciência quando escolhemos esse não dizer, para que ele seja uma opção e não uma imposição, para que possamos também simplesmente (mas não superficialmente) preferir não.

É nesse coabitar entre o silêncio e o grito que vive a potência da palavra. “Muitos escolhem o silêncio para fabricar o esquecimento. O esquecimento também dá sentido à história. Por que é preciso esquecer? Alguém já disse que a fala e a mudez moram na mesma casa e que de vez em quando uma pisa no pé da outra. O lembrar e o esquecer também coabitam sob o mesmo teto. Às vezes se trombam e sangram.”⁷. Assim como Sabela, personagem de Conceição Evaristo que percorre memórias e lembranças para fazer sua escrita entre narrativas e silêncios, também gosto deste último quando ele é escolha. Porém, nesse caso, minha escolha também é o lembrar, refazer o caminho entre o que é possível narrar e o que ainda sufoca, deixando acontecer os tropeços, o pisão no pé, o trombar e também o sangrar. Nessa tentativa de relato, a escolha é não deixar as histórias e seus afetos morrerem no esquecimento (apesar de não acreditar que isso seria possível). Essas cenas estão aqui, pulsam, vivem, voltam uma e outra vez e vão seguir voltando, pois têm uma forma de devir, produzem questões, potencializam o pensar e o afetar-se. Cada cena, assim como as vidas ali narradas, segue: em mim, no local de estágio e em quem lê esse texto, porque elas estão aqui, porque elas duram e seguirão durando.

⁵ Evaristo (2017)

⁶ Evaristo (2017, p. 98)

⁷ Evaristo (2017, p. 101)

Ainda há o que segue engasgado por não encontrar caminhos por onde escorrer – é preciso deixar durar por mais tempo. Afetos que ainda não cabem nas palavras ou que só caberão no silêncio, na mudez do dizer, já que por vezes nem gesto nem palavra dão conta daquilo que foi vivido⁸.

⁸ Evaristo (2017)

.no caminho, um paredão

(modos de habitar a rua)

Caminhava pelas ruas do centro histórico acompanhada de uma das educadoras sociais da equipe da qual fazia parte no estágio, em uma das minhas primeiras abordagens sistemáticas. Era início de março e o calor era grande. Levava uma garrafinha de água, uma caderneta e o colete verde, identificando o serviço. Passando pelas academias militares, dobramos na rua que mistura boemia e cultura na cidade. As pessoas bebiam sua cerveja nas mesas da calçada, certamente desfrutando o fim de verão e de férias nesta terça às duas da tarde. Nos aproximamos do conhecido supermercado e, na sua porta de entrada, encontramos Rodrigo⁹, de três anos, com sua avó, em situação de mendicância. Enquanto minha colega conversava com a avó, o menino me chamou, a partir de um movimento tímido de “pegar” e esconder-se atrás da avó que em seguida se transformou numa brincadeira. Como seria o brincar de uma criança que passa seu dia em mendicância e talvez esteja em situação de rua? Rodrigo uniu as minhas mãos e disse que eu estava presa. Diante da minha paralisia inicial, segui nesse jogo de prender minhas mãos, dizendo que eu não podia me soltar. Tentei, então, deslocar a brincadeira, desvencilhando meus dedos das mãos minúsculas que me seguravam e convidando-o para dançar. “Não, tu tá presa”, ele repetiu unindo novamente minhas mãos. “E agora tu vai pro paredão”, disse o pequeno de três anos me levando até a parede do mercado. Enquanto segurava minhas mãos, ele também dizia, entre risadas, que poderia até mesmo quebrar meus dedos caso eu tentasse me soltar. E ali ficamos, nós dois, brincando por uns bons minutos, até nos despedirmos e eu seguir com a caminhada pelas ruas do Centro Histórico.

⁹ *nome fictício

“eu não sei se isso é bom ou mal
alguém me explica o que nesse mundo é real
o tiroteio na escola, a camisa no varal
o vilão que 'tá na história ou aquele do jornal
diz por que descobertas são letais?
os monstros se tornaram literais
eu brincava de polícia e ladrão um tempo atrás
hoje ninguém mais brinca, ficou realista demais
as balas ficaram reais perfurando a Eternit”¹⁰

Nesta primeira cena, encontramos o brincar no meio de nosso caminho. O tempo todo Rodrigo estava brincando comigo. Ria das cócegas que eu fazia nele, do brincar de pega-pega, mas fazia questão que eu também entrasse na sua brincadeira, de estar presa ou ir para o paredão. Entrei e saí depois, um pouco zonza, nervosa, sem conseguir pensar ou dizer algo disso. Acho que fui saber o que é um paredão quando era adolescente, já saindo do ensino médio, por ouvir falar. Rodrigo sabe agora, com três anos, provavelmente porque já viu (ou até participou de) algum. A partir dessa cena, uma série de questões me atravessou com relação aos movimentos possíveis na minha prática como estagiária de psicologia nesse serviço de assistência. Até então, vinha me deparando diariamente com o atropelo do trabalho prescrito no serviço, que chega quase como impeditivo imperativo do afetar-se. Ao sentir, já nos primeiros dias de estágio, o mar de demandas pelas quais o serviço de abordagem é tomado (relatórios, prontuários, acompanhamentos, encaminhamentos, VDs, abordagens solicitadas, reuniões, reuniões, reuniões...), uma questão me exigia uma primeira parada no meu caminhar: onde está o espaço e o tempo para a escuta e para cuidado dentro da nossa prática?

Luis Eduardo Aragon, em seu livro *O Impensável na Clínica*¹¹, diz que “o afastamento da singularidade de cada instante tolhe, abafa a possibilidade de encontro”¹². Esse atropelo de demandas diz dessa outra relação que se cria nas abordagens e no trabalho na assistência, de um fazer processual, burocrático, diretivo e até “automático”, que justamente tampona outras possibilidades que podem emergir dos encontros. Evidentemente, essas práticas endurecidas dizem mais do que a sobrecarga do trabalho. Elas falam também da resistência que muitas vezes se faz necessária para ser possível enfrentar e lidar com um cotidiano que também é rígido e extremamente duro. O “piloto automático” então entra como aparente única “possibilidade para

¹⁰ Cesar MC – Canção Infantil (2019)

¹¹ Aragon (2007)

¹² Aragon (2007, p. 147)

lidar com o presente no que ele poderia trazer em termos de atualizações”¹³, ou seja, na repetição do conhecido, do que já foi feito e já se sabe o resultado, é quase possível antecipar um futuro pré-determinado no qual se pode ter a ilusão de certo “controle” do que ocorre – impedindo, assim, o enfrentamento do que muitas vezes parece – e é – insuportável, como uma criança em situação de rua que brinca de prender e fazer paredão.

Esses processos de amarras no que se torna cotidiano, paralisia diante do conhecido e anestesiamento no que está instituído (instituído aqui como o que está colocado a fim de regular atividades sociais da vida em sociedade e que necessita estar aberto a transformações para que seja sempre apropriado ao que se vive, pois, do contrário, corre o risco de tornar-se rígido e imutável, impedindo novos movimentos¹⁴) falam dos blocos que podem vir a ser construídos no caminho, a partir da necessidade de proteção e sobrevivência com a qual muitas trabalhadoras e trabalhadores de serviços da assistência se deparam quando iniciam suas práticas profissionais.

Em outras palavras, o impeditivo imperativo que cerceia o afetar-se surge, na verdade, de uma série de imposições laborais, estatais, institucionais e também afetivas presente nos serviços, que operam sobre o nosso fazer dentro de paredes engessadas do trabalho e de toda a sobrecarga que invade esses espaços, impedindo imperativamente o deslocamento e provocando uma paralisia que emperra as “passagens de vida, produzindo estados no qual o processo é interrompido, impedido”¹⁵. Esses blocos acabam impedindo uma série de relações possíveis nos encontros, e muitas vezes a janela de contato no encontrar-se com o outro passa a se dar quase que unicamente pela via da moralização e judicialização da vida. A maioria das e dos profissionais acaba justamente não percebendo os efeitos da construção desses muros, que inviabilizam ainda mais o respirar dentro do engessamento que já percorre esse trabalho.

Retomando e atualizando a pergunta feita anteriormente, como então encontramos o espaço para a escuta e o cuidado dentro de paredes engessadas e possibilitamos processos de resistência diante de muros aparentemente sem saídas? A mesma questão me invadiu no processo de reflexão sobre essa cena vivida: como operar uma prática de cuidado ali, junto com Rodrigo, nesses poucos minutos que tivemos na rua? Uma pista de possível nós dois já tínhamos encontrado: brincando. Ao me convidar para brincar, o pequeno me convocou ao acontecimento enquanto inesperado, enquanto ato que pede “passagem para o surgimento de imprevisto e de

¹³ Londero e Paulon (2012, p. 105)

¹⁴ Baremblytt (2002)

¹⁵ Deleuze, G. *apud* Londero e Paulon (2012, p. 109)

ações que desviam e que parecem erradas dentro de uma lógica calcada pelo acerto”¹⁶. Levando em consideração a lógica instituída dentro do que eu tinha visto até então, nos processos de trabalho regidos por protocolos e por tarefas prescritas e atropeladas, eu teria paralisado diante do desconhecido por mim e talvez criado um muro naquela relação, resistindo àquele brincar e permanecendo no mesmo lugar, na impotência de não saber ou de acreditar não ser possível ingressar nesse acontecimento. Porém, no convite e aceite da brincadeira, nosso encontro passou a pedir espaço entre os muros, passagem entre as paredes, pois dele espreitava-se um deslocamento possível, um movimento, uma nova relação que se estabelecia devido à criação de algo que não sabíamos o que era, mas que permitimos acontecer – e que passamos a habitar em conjunto.

Na acolhida ao acaso que se fez acontecimento, percebemos que esse brincar de alguns minutos possibilita cuidado, afeto e potência para a criação de um agir outro que permite resistência. Esse *fazer com* deu passagem para a dobra do impedimento para a criação e do imperativo para a resistência. E a partir desse movimento dobradiça, desse esticar-se entre as brechas do muro, também é preciso dar abertura aos novos sentidos que se produzem, em um movimento que Paulon e Londero¹⁷ chamam de “acolhimento do insuportável que advém do inesperado”¹⁸. O movimento reativo a esse processo pode ser a tentativa de controlar o que se desloca, justamente porque acabamos deslocando a nós mesmos dentro desse vir a ser desconhecido. Contudo, é justamente nesse espreguiçar-se, nessa “lenta dor boa” que é o esticar-se por territórios inesperados, que vemos até onde conseguimos nos esticar realmente em nossa prática, podendo inclusive alcançar “impossíveis”, se tomamos a perspectiva de Derrida¹⁹ na qual os impossíveis são o próprio acontecimento, isto é, “só há acontecimento se um possível salta do impossível de forma surpreendente”, sendo então um possível imprevisível e incondicionado. Isso é o que ocorre no encontro que consegue sustentar a passagem do acontecimento inusitado que se forma no afetar-se: a criação de possíveis que saltam de suas impossibilidades. A criação de um brincar inesperado em meio ao protocolo do planejamento de trabalho.

¹⁶ Londero e Paulon (2012, p. 108)

¹⁷ (2012)

¹⁸ Londero e Paulon (2012, p. 112)

¹⁹ (*apud* Londero e Paulon, 2012, p. 110)

Assim, como trazem Paulon e Londero²⁰, o acontecimento é o que se expressa no encontro, na capacidade de um corpo afetar e ser afetado por outro, possibilitando a diferença, assim como a produção de sentidos. Dessa forma, o nosso impossível fez-se possível nesse brincar, no qual eu podia compreender e validar junto com Rodrigo a sua realidade, entendendo que ela é real sim e que faz parte dos nossos mundos, mesmo que de formas diferentes. Habitando aquele pequeno espaço da rua, que naquele momento nos pertencia e nos ofertava um lugar nosso, pudemos habitar outros lugares, outros mundos, outros universos, meus, dele e do que podíamos criar juntos. Brincando inventamos o nosso mundo, mutável, fora da forma, aberto, e passível de criação de novas formas e efeitos (clínicos, de afetos, simbólicos e todos os outros que pudessem surgir).

Ao tomar o brincar com Rodrigo como prática de cuidado, posso ampliar aquele espaço da rua junto a ele, me deixando afetar com a brincadeira para a qual ele me convoca e validando a realidade que ele me apresenta, deixando que algo me passe, me tome, me afete e me possibilite construir junto com ele um agir outro. Essa é a tentativa de abertura para “espaços de subjetivação”²¹ que se criam ali, para além de qualquer conhecimento prévio que eu, estudante de psicologia ou profissional da assistência, tenha. Esse brincar permite essa resistência-criação a partir da inclusão da noite dos afetos no dia das formas²², ou seja, do afetar-se pela potência do encontro e do que ele pode produzir em mim, no outro e para além de nós, mesmo que dentro do inesperado ou imprevisto, expandindo o meu fazer com a pessoa que está comigo para além de qualquer forma já dada ou prescrita. Como uma prática em ato “que se faz presente e resistente nessa relação entre espreitar deslocamentos que permitam um reinventar-se na vida junto às amarras institucionais do cotidianizar-se”²³.

O encontro provoca um viver com, um conviver que transita pelas dificuldades e singularidade de quem o compõe, para então ser possível criar algo em conjunto²⁴. Ao ampliarmos o espaço da rua em nossa brincadeira, Rodrigo e eu passamos a viver aquela história que contávamos, habitando aquele espaço juntos e tomando ele como nossa morada provisória, onde nós dois estávamos presentes em corpo e afeto, pois tínhamos lugar dentro dele. Ali

²⁰ (2012)

²¹ Aragon (2007)

²² idem

²³ Londero e Paulon (2012, p. 105)

²⁴ Londero e Paulon (2012, p. 106)

existiam possibilidades de transformar o que estava ao nosso redor, seja na criação de obstáculos para o pega-pega, seja na imaginação de uma batida policial com prisões. Habitamos a entrada do mercado e nos percebemos vivendo o universo de possíveis que existe nesse dispositivo tão potente que é o brincar, a partir dos afetos que nos convocaram a compor aquele espaço juntos e da forma mais inesperada – porém muito bem-vinda. Rodrigo me mostrou um dos modos possíveis de se habitar a rua; para mim, o mais incrível de todos.

A partir dessa primeira cena, introduzimos um pouco do que foi o início dessa experiência de estágio e das questões que começaram a ser despertadas e desdobradas dentro de mim. Esses primeiros passos foram difíceis e cheios de dúvidas de alguém que inicia uma caminhada sem conhecer as rotas e com dificuldades de acertar o ritmo do passo. Essa primeira parada, do pensar sobre o cuidado, me ajudou a caminhar com mais segurança e me deu o fôlego necessário para as curvas fechadas que viriam a seguir.

.na bifurcação, uma escolha

(modos de ser na rua)

Naquela manhã fria e chuvosa de setembro, caminhava pelas ruas entre os bairros Cidade Baixa e o Menino Deus com um dos técnicos sociais da instituição até um dos serviços de acolhimento institucional de adultos da cidade (os chamados abrigos), para fazer a discussão de um caso. Levava comigo o prontuário de um usuário que vinha acompanhando desde seu primeiro atendimento em nosso serviço, Carlos²⁵, um homem que estava em situação de rua há quase um ano e queria se organizar para buscar trabalho, ter seu próprio espaço e poder retomar o vínculo com o filho. As discussões de caso nos abrigos são agendadas após o envio do formulário de solicitação de acolhimento institucional (onde preenchemos uma série de informações sobre a usuária ou o usuário – um “breve relato” de sua vida, questões de saúde, assistenciais, uso de substância, motivação para o acolhimento, etc.) e se configuram como uma conversa de ambas equipes técnicas (serviço de abordagem e equipe do abrigo) sobre as possibilidades de ingresso desta pessoa no acolhimento.

Durante a conversa, um misto de sentimentos. A equipe técnica se mostrava muito receptiva ao ingresso de Carlos. Por um lado, fiquei feliz, sabendo o quanto ele, assim como todos os outros, precisava desse auxílio, e também por esse momento na minha trajetória no estágio, já que Carlos era o primeiro acompanhamento individual que eu fazia sozinha enquanto estagiária e que tinha chances de não estar mais em situação de rua – seu principal desejo desde o primeiro atendimento. Por outro lado, a forma como se deu essa receptividade da equipe me gerou incômodo e inquietação, que depois se tornaram angústia e indignação no desdobrar das reflexões sobre esse encontro. Ao longo da discussão, escutei frases como: "ah, ele é trabalhador, quer se organizar para voltar a trabalhar, é bem o **perfil** que a gente acolhe"; "a gente pode ajudar ele a se organizar, arrumar um trabalho e alugar um espaço, e daí ele fica pouco tempo aqui, algo bem temporário mesmo"; "gente, ele não usa drogas, não está doente, quer trabalhar... é até desumano que ele fique na rua, né!".

Carlos conseguiu a vaga e ingressou no abrigo naquela mesma manhã. O agradecimento efusivo e sincero que ele me dirigia várias vezes durante nossa caminhada do almoço solidário até o abrigo infelizmente não tirava o nó que havia na minha garganta e a sensação de impotência diante de um mínimo feito neste dia.

²⁵ *nome fictício

Percorrendo essa cena, é importante pontuar que o serviço referido é um dos poucos espaços de acolhimento institucional para a população que atendemos no serviço de abordagem social. Grande parte dessa população não tem esse "perfil" que as técnicas apontaram. A maioria faz uso abusivo de substâncias, possui questões de saúde clínica e mental, tem demandas da assistência pendentes, entre tantas outras complexidades da vida de quem está em situação de rua. Em qual perfil essa maioria se encaixa? O que há de humano em negar o acesso dessas pessoas aos espaços de proteção? Que concepção de “ser humano” existe nestas frases que difere tanto do ser humano que está em situação de rua? Como esses mecanismos de controle das vidas (quem irá acessar ou não um direito, quem recebe o benefício, quem ingressa na moradia – e quem decide sobre tudo isso) operam quando existem posturas arbitrárias como essas, de valoração de uma vida sobre a outra, dentro de serviços como o acolhimento institucional?

Nessa cena caminhamos por vários elementos disparadores para pensar o que produzimos e o que é produzido enquanto humano, principalmente dentro da assistência. As falas das profissionais da equipe técnica do abrigo denunciam um entendimento desse “ser humano”, e de quem é humano ou não (ou quem merece ser humanizado). O sujeito que não está colado na pobreza, na doença e/ou no uso de substância é quem ganha humanidade, essa noção abstrata que nesse contexto se concretiza por meio de ações em benefício de “uns” e não de “outros”, revelando uma política de vida na qual uma vida vale mais que outra²⁶. É este “perfil de humanidade” que consegue acessar o espaço de proteção, enquanto os que estão dentro das características “não humanas” seguem sofrendo o apagamento de si enquanto “ser humano” e enquanto pessoa.

Essa ideia de uma “escala” de valoração das vidas nos remete a ideia de hierarquia da humanidade, trazida pelo antropólogo Didier Fassin²⁷, na qual existe um jogo moral que demarca diferenças entre quem recebe proteção e quem não recebe – ou, em alguns casos, quem é ou não é “deixado para morrer”. Nesse jogo, políticas de visibilidade que valorizam cotidianamente certas vidas sobre outras operam dentro de um processo de desigual valoração da vida que denuncia a diferença existente entre as vidas que devem ser salvas e as que devem ser sacrificadas. Fassin aprofunda sua análise a partir de muitos exemplos ligados a grandes problemáticas globais, como grandes conflitos e guerras; contudo, é possível tecer alguns enlaces

²⁶ Fassin (2011)

²⁷ (2011)

entre os agentes humanitários trazidos pelo antropólogo e as e os profissionais que atuam nos serviços de assistência no que diz respeito ao trabalho com vidas em situação de vulnerabilidade social.

Uma das primeiras questões está justamente nesse ponto: a vulnerabilidade. Nas políticas de assistência, partimos da premissa de que alguém em situação de rua seria alguém em situação de vulnerabilidade social, e, portanto, uma pessoa que necessita de auxílio assistencial. Sabemos que a assistência social tem suas origens no que chamamos “assistencialismo”, ou seja, em movimentos pautados por ações de caridade, geralmente associadas a instituições religiosas. Ainda hoje, muitos – senão a maioria – dos serviços da assistência social, como é o caso da AICAS, têm sua base nestas instituições, contando com seu apoio político e financeiro para seguir existindo e operando, ainda que vinculados também às políticas públicas governamentais. Sendo assim, se por um lado reconhecemos a importância dessas instituições na manutenção dos serviços de assistência (afinal, sem elas, é bastante provável que muitos dos serviços sequer existiriam), não podemos afirmar que a concepção de assistencialismo é algo do passado ou está longe do trabalho realizado na assistência; pelo contrário, ela ainda segue presente, no imaginário coletivo da sociedade, nas próprias gestões dos serviços da rede, assim como em profissionais dos serviços, e esse entendimento das políticas de assistência representadas como ações assistencialistas reflete diretamente sobre seus processos de trabalho.

Seguindo nessa lógica, Fassin²⁸ nos lembra que há bastante tempo a expressão “vulnerabilidade social” é utilizado para caracterizar populações marginalizadas e em situação precária, em vez do termo “desigualdade social”; ou seja, a expressão “pessoas em situação de desigualdade social” não é naturalizada no discurso das políticas de assistência, apesar de endereçar um sentido muito mais preciso para a situação com a qual nos deparamos diariamente no trabalho com essas populações. O antropólogo afirma que o conceito de vulnerabilidade pode despertar o viés de compaixão no trabalho com essas populações e tomar o lugar da resistência e luta por justiça social que seria levantada com a denúncia que o conceito de desigualdade traz. Essa perspectiva fica ainda mais expressiva com a visão assistencialista vinculada às instituições religiosas, intimamente imbricadas no trabalho com essas populações, e que, por muitas vezes, podem acabar posicionando a caridade e a compaixão pelos “desassistidos” acima da defesa e luta por direitos para aquelas e aqueles a quem as políticas de assistência são endereçadas.

²⁸ (2018)

Sabemos da potência política e social existente nos discursos, e aqui, nessa aparentemente simples troca de termos, perdemos grande parte desta força – e sabemos que isso não é por acaso.

Considerando que existem diferentes questões laborais (receio de perder o emprego, autoritarismo da gestão, sobrecarga no trabalho, etc) que impedem muitos trabalhadores de exercitarem o questionamento e a problematização dos processos de trabalho dos quais fazem parte, é possível compreender como e por que perspectivas como essa seguem sendo validadas. Contudo, ainda assim não justificaria a escolha entre uma vida pela outra tomando uma delas como humana e passível de ser salva, enquanto outra não. Até mesmo porque a ideia de compaixão no âmbito religioso (aqui em uma referência mais específica ao catolicismo) geralmente repete a premissa dos agentes humanitários de que todas as vidas são sagradas e merecem ser salvas. O que acontece então?

A questão pode estar justamente nas vidas e no que elas representam não apenas enquanto singularidade, mas também social e politicamente. Fassin²⁹ traz um apontamento que me deparei muitas vezes durante o período de estágio até compreender que ele fazia parte desta realidade. Ele diz que, quando em campo, os agentes humanitários são confrontados com duas grandes formas de política de vida: uma de exclusão e outra de indiferença. No trabalho com a população em situação de rua, esse pressuposto se confirma quando nos deparamos com as constantes políticas de exclusão e eliminação (modos de governar que impedem os sujeitos de viver da forma como querem ou precisam viver, além da dificuldade no acesso a direitos que pode levar (e leva) à morte de muitas e muitos), assim como com a indiferença presente no total descaso com as políticas de assistência, cujos serviços sofrem ataques e ações de precarização a todo o momento. As ações e intervenções possíveis em nossas práticas acabam se dando nas relações existentes dentro dessas políticas de (validação de) vidas, que são estruturais. É justamente por meio de suas intervenções e abstenções que é possível entender o fenômeno do humanitarismo de Fassin, e é por esta mesma via que podemos entender, ao menos em parte, como ocorre essa gestão de vidas (e do pouco que é possível oferecer para elas) dentro das políticas de assistência, como a escolha de quem recebe as poucas vagas dentro de um serviço de acolhimento institucional para adultos.

²⁹ (2011)

A partir dessa perspectiva, é necessário adentrar a ideia da diferença que se coloca entre o “nós” e o “eles”, uma diferenciação importante de ser feita no sentido do respeito à alteridade, mas que quando colocada em prática pode dar lugar a práticas de exclusão e reprodução de violências. Essa possibilidade pode ser vista nos programas de acesso à moradia existentes na assistência, por exemplo. Existe um ideal colocado sobre esse direito à moradia que se caracteriza basicamente no seu oposto, no “não estar na rua”. Dentro das bases dos programas e nas falas de muitos gestores nas inúmeras reuniões, o que vale é o movimento de sair da rua, ou de “superação da situação de rua”. No entanto, pouco se diz ou se faz com relação a como isso vai se dar – desde que aconteça de fato.

Durante meu período de estágio, o programa de acesso à moradia para a população em situação de rua que estava vigente era o Projeto Mais Dignidade³⁰, criado pela prefeitura de Porto Alegre em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em 2017. No projeto, as equipes de assistência e saúde são responsáveis por identificar usuárias e usuários que poderiam ser beneficiárias(os) do auxílio, tendo como critério, a partir das instituições que desenvolveram o projeto, serem pessoas que fazem uso de alguma substância (álcool e/ou outras drogas). Contudo, o que em um primeiro momento parece ser um espaço onde essas pessoas finalmente “encaixam” (afinal, esse critério é justamente um dos maiores impeditivos de seu acesso a outros serviços de proteção), pode se mostrar também como uma política higienista, criada com base no estereótipo de que a pessoa em situação de rua é inevitavelmente uma pessoa que faz uso abusivo de substância e, portanto, é necessário retirá-la das ruas e do olhar dos “cidadãos de bem”.

Ao conhecer de perto o real funcionamento desse e de tantos outros programas e projetos criados com esse objetivo da “superação da situação de rua”, podemos rapidamente perceber que se trata mais dessa (maior) exclusão social, de uma ação higienista, do que sobre se importar de fato com o bem-estar e a dignidade destas pessoas. O auxílio em si sequer é pago para o usuário, o que lhe daria autonomia para buscar o espaço que melhor condiz com suas necessidades, mas sim aos proprietários de imóveis (pensões, em sua maioria). Existe outro convênio para os beneficiários do projeto, que concede o pagamento de uma Bolsa Formação e Qualificação Profissional; porém, esse benefício não está vinculado automaticamente ao benefício da moradia. Ou seja, mesmo o usuário já tendo passado por toda a burocracia para ter acesso ao benefício que

³⁰ Decreto N° 19.885

lhe concede uma “moradia”, é preciso fazer uma nova solicitação e passar por um novo processo burocrático (que tardava alguns meses) para, se for aprovado, receber esse auxílio que permitiria manter ao menos suas necessidades básicas nos primeiros meses como domiciliado. Porque isso, na maioria das vezes, não era possível.

Quartos precários, sem janelas, com paredes mofadas que expõem o bolor do cômodo e da política pública. Essa era a realidade da chamada moradia concedida pelo programa. Me recordo do relato sobre o usuário que entrou no projeto, conseguindo um quarto dentro de uma das pensões conveniadas, e ao chegar no dormitório, olhou o estrado da cama com um pequeno colchão dentro do minúsculo cômodo e questionou se a equipe poderia lhe doar um travesseiro e lençol, pois ele só tinha as mudas de roupa que levava na mochila. Chama a atenção e sempre gerava questões (e mesmo piada entre as equipes) o nome do projeto, “Mais Dignidade”, que desperta perguntas sobre o que significa o conceito de dignidade para a gestão da prefeitura e da SENAD que elaborou o projeto na época, assim como da equipe na FASC responsável por implementá-lo. Apenas paredes e um teto são necessários para que alguém não seja considerado em situação de vulnerabilidade – ou desigualdade – social?

O que torna a vida de alguém digna certamente vai para além disso, e para além do que muitos de nós, profissionais da assistência, podemos conceber. Isso porque já estamos inseridos nesse conceito por toda ou maior parte de nossas vidas, enquanto muitas das pessoas que atendemos jamais chegaram perto do que seria viver com dignidade – e isso é mais um dos tantos absurdos políticos e sociais que existem em nosso país. A tentativa de vender a ideia de que paredes mofadas, quarto sem janelas ou casa sem luz e gás é proporcionar dignidade beira o ridículo se por apenas um instante colocamos a nós mesmos nestas condições. E aí está o lugar da diferença que é primordial e que sempre está colocada, de quem está escolhendo desenvolver e viabilizar esses programas e de quem precisa aceitá-los como eles são. A validação de vidas também se faz presente na nossa relação com o que oferecemos a este usuário – afinal, jamais aceitaríamos viver nessas condições. Por que para eles isso é passível de ser aceito?

Retornando à cena, entendemos que a ideia do estabelecimento de um “perfil” específico de vida aceitável para ingressar em um serviço de proteção apaga qualquer possibilidade de singularidade das pessoas que acessam esses espaços. Além disso, essa concepção de doença como “o excessivo apego à forma ou representação atual de si”³¹ se reflete nos conceitos de

³¹ Aragon (2007, p. 114)

doença e saúde trazidos nas falas da equipe do abrigo durante a discussão de caso. Trata-se de um apego a uma determinada forma de ser e estar no mundo que é tomada como “saudável” e, logo, passível de ingressar no abrigo, que enuncia uma política quase meritocrática (se você busca estar saudável, busca querer trabalhar, então merece estar ali), da mesma forma que no programa Mais Dignidades, onde a usuária ou o usuário acessava o benefício a partir do critério de uso abusivo de substância, porém já com a exigência de estarem vinculados a um serviço de saúde e iniciando seu tratamento, que seria monitorado pelas equipes sistematicamente. Enquanto isso, a maioria dos modos de ser* que deslocam, que incomodam e desacomodam segue sendo desconsiderada – mesmo fazendo parte e sendo característica da realidade da maior parte das pessoas em situação de rua.

***nota de rodapé que não é uma nota**
(sobre uma cor que não se fala: a cor negra)

Todos os usuários presentes nas cenas narradas aqui são pessoas negras. Todos. Depois de trazer a discussão sobre os modos de ser na rua, se faz essencial trazer a questão: de quem estamos falando?

Apesar de não existirem pesquisas mais atuais que apontem os números reais da população em situação de rua no país, podemos ter um panorama geral a partir de projetos realizados pelo governo nos últimos anos e mesmo pelas universidades federais, como é o caso da pesquisa realizada pela UFRGS em 2016 que mapeou os números dessa população em Porto Alegre³². Uma das pesquisas realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2008, que buscava mapear informações sobre a população em situação de rua em algumas capitais de diferentes regiões do país, identificou que a população mapeada era composta predominantemente por homens (82%) e por pessoas negras (67%), número significativamente maior que o percentual geral de negros na população brasileira (50,7% de acordo com o Censo Demográfico de 2010)³³. Da mesma forma, o estudo mostrou que, com relação às crianças e adolescentes em situação de rua, a grande maioria também é negra (72,8%). Já a pesquisa realizada pela UFRGS em 2016 encontrou a soma de 2.115 pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre neste período. As estatísticas com relação ao marcador raça/cor neste estudo diferem do estudo nacional anterior, apontando um total de 34,4% das pessoas se autodeclarando brancas, 24,6% pretas ou negras, 12,4% pardas e ainda 24,5% que escolheram outras denominações, dentre elas “moreno” (10%). Esse último ponto evidencia o atravessamento do racismo estrutural, sugerindo que o percentual da população negra e parda em situação de rua seja ainda maior, apesar de não explicitado nas estatísticas.

³² Pimenta (2019)

³³ Brasil (2014)

Na verdade, sabemos que “os dados, as pesquisas e a opinião de ativistas e pesquisadores vão apontar aquilo que os olhos de qualquer um pode perceber no dia a dia das grandes cidades: a presença massiva de negras e negros entre aquelas e aqueles que têm como lar a rua”³⁴. Apesar de ser apresentado ‘apenas’ como mais um dado nos estudos, podemos compreender o peso que esses números carregam e o que eles representam de verdade. Dentre as várias e diferentes razões existentes que levam uma pessoa a estar em situação de rua, existem causas bastante factuais, concretas e estruturantes para a maioria dessa população ser de pessoas negras.

No artigo de Pedro Borges para o jornal online Alma Preta³⁵, o jornalista faz referência ao 14 de maio de 1888 como um dia interminável, que nunca acabou, que se mantém e segue com suas marcas sentidas até hoje. Esse dia pós-abolição da escravatura ofereceu a fome, a marginalização, o desemprego, as ruas e a morte a toda uma população já marcada pela violência branca. No texto de Borges, o ativista do movimento negro Bob Controvesista expressa a impressão desse dia infinito ao dizer que “todo dia que eu saio para a rua é o dia 14 de Maio. Porque quando eu ia para a rua para fazer o debate eu via um monte de pretas e pretos soltos, largados, sem assistência, sem nenhum atendimento, com vários direitos violados, principalmente na questão dos direitos humanos”³⁶. A obra Quarto de Despejo³⁷, da escritora Carolina Maria de Jesus, traz uma passagem sobre o dia da abolição da escravidão que retrata essa realidade trazida por Controvesista, com a verdade crua de sua época (o livro é narrado ao longo da década de 1950) que segue atualizada hoje: “assim, no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome”³⁸.

Como não lembrar da visita domiciliar feita a um dos beneficiários do Projeto Mais Dignidade, Seu Pedro³⁹, onde as equipes da assistência e da saúde tinham que alternar a entrada em seu quarto da pensão, minúsculo e sem janelas, para fazer as perguntas do extenso questionário quinzenal e obrigatório. Nas perguntas sobre qualidade de vida e hábitos alimentares, Seu Pedro aponta para o pequeno móvel ao canto do quarto, onde se via meio pacote de café, um pote com um pouco de açúcar e uma panela com um punhado de arroz cozido (doação da vizinha de porta, do que restou de seu almoço). Naquele momento ele começa a chorar... de fome. Conta que quando consegue (tem uma condição nos membros inferiores que prejudica seu caminhar, sequela de um acidente sofrido há alguns anos), vai até o espaço da rua onde costumava ficar para pedir comida, pois não tem o que comer na maior parte dos dias. Mais uma vez, as paredes e o teto mostram que não são suficientes. A política falha totalmente, seja na ideia vendida de “superação da situação de rua” ou no desejo encoberto de afastar essas pessoas dos olhos de quem passa pela rua. A cesta básica que conseguimos para Seu Pedro naquela semana também não vai ser suficiente. Seu Pedro é um homem negro de 46 anos, com uma série de questões clínicas de saúde e que está sendo alfabetizado na Escola Porto Alegre (EPA), espaço referência no atendimento educacional da população em situação de rua.

³⁴ Borges (2018)

³⁵ idem

³⁶ idem

³⁷ Jesus (2014)

³⁸ (Jesus, 2014, p. 32)

³⁹ nome fictício

Ao trazer dados mais recentes com relação à cidade de São Paulo, onde estima-se cerca de 15.905 pessoas em situação de rua, o artigo de Borges mostra o dado de que 70% dessa população é negra, refletindo a disparidade histórica, política e social entre brancos e negros, como denuncia Controvesista⁴⁰. Sentimos os efeitos dos movimentos pós-escravidão até hoje, como, por exemplo, quando descendentes de brancos europeus que vieram ao Brasil ocupar terras e postos de trabalho podem hoje celebrar suas origens, que em grande parte foram mantidas nos locais onde seus familiares se instalaram, conseguindo, inclusive, resgatar sua história, genealogia familiar e até a cidadania europeia. Enquanto isso, pessoas negras não tem meios de acessar nenhuma destas possibilidades. Arrancados de suas terras, tendo suas religiões, culturas e saberes criminalizados, e depois sendo deixados às margens, sem direito à moradia, terras, trabalho ou sequer local adequado para proporcionar os resgates de suas histórias, podemos ver que no pós-abolição – e até hoje – o movimento era de construção de um país sem a presença da população negra, ou ao menos sem que fosse possível vê-la, senti-la, escutá-la em todo o seu universo e plenitude. Essa presença foi relegada às margens, ao quarto de despejo, às ruas, onde os corpos ali presentes são tomados como invisíveis, onde as vozes que ali gritam são silenciadas.

As cenas narradas aqui foram escolhidas pelas reflexões que produziram no momento em que ocorreram e que seguem se desdobrando no hoje, dentro do seu transbordar de questões e do seu sufocar de perguntas. Podemos dizer que a questão racial foi e não foi um critério nessa escolha. Não foi por não ter sido a partir deste marcador que elas vieram para cá, mas foi no momento em que esse marcador faz parte e está presente em todas as cenas que vivi durante meu estágio. Ou seja, essa questão está presente em qualquer cena vivida dentro do trabalho com a população em situação de rua e seria de uma ingenuidade imensurável chamar isso de acaso, ou então de uma ignorância (no sentido de ignorar algo) e irresponsabilidade saber disso e escolher a omissão, o silêncio. Trata-se de um fato e diz de algo que está diante de nós todos os dias ao sairmos nas ruas. E é algo que não pode ser e estar banalizado, algo que não deve ser ignorado, porque diz também de uma realidade muito grave que acontece há muito tempo e há muito tempo está sendo negligenciada, seja nas políticas públicas de saúde, assistência, nas políticas de segurança, habitação, nas instituições sociais, trabalhistas, educacionais, nas nossas relações, nos nossos debates: existe uma política de morte operando no extermínio da população negra. Nas comunidades, estabelecimentos, nas ruas... Ela é alvo constante. Há muito tempo.

Essa política de morte opera na juventude negra criminalizada, passando pela discriminação racial sofrida cotidianamente nos mais diversos locais e relações, chegando à violência, agressão e morte direta sofrida a partir do racismo. Como Mbembe traz a partir das considerações de Hannah Arendt, “a política da raça, em última análise, está relacionada com a política de morte”⁴¹, onde, articulando com ideias foucaultianas, o racismo surge como uma tecnologia que permite uma regulação da distribuição de morte, tornando possíveis as funções assassinas do Estado (Estado aqui como “um sistema que define as práticas sociais em favor do grupo dominante, o que o faz reproduzir o racismo”⁴²), no sentido de que hoje no mundo há várias formas de operação dessas políticas de morte, “nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes

⁴⁰ Borges (2018)

⁴¹ Mbembe (2016, p. 128)

⁴² Batista (2018, p. 2585)

conferem o status de “mortos-vivos”⁴³, sendo o racismo uma das principais e mais efetivas nesse objetivo.

Todas as instituições, mesmo as que se denominam desconstruídas, “livres de preconceito” ou progressistas, como instituições filantrópicas, organizações não-governamentais, ou mesmo no âmbito científico das ciências humanas, todas se calam de alguma forma e em algum momento diante desse insuportável. E muito desse silêncio vem do interesse, direto ou indireto, de manter privilégios, manter uma ordem social que sustenta seus benefícios, manter um modo de vida que coloca uma vida e uma cultura acima da outra em questão de valor, de saberes, de existência. O silêncio também é uma política de morte; ele também custa essas vidas. Nós, enquanto branquitude, além de entender esses mecanismos, precisamos (no sentido imperativo da palavra) manter essa questão constantemente aberta, falando sobre ela, apontando para ela, virando nosso pescoço e nosso olhar para perceber que ela está ali, ao lado do que estamos falando, e precisa ter espaço, precisa estar, aparecer, inquietar, angustiar, movimentar. Outros insuportáveis sufocam, paralisam, calam, levam seu tempo para decantar e transbordar da garganta para o fora. Este aqui pode provocar esses mesmos efeitos, mas não por isso deve ser ignorado. Não por isso e nem por nenhuma outra razão. Não mais.

⁴³ Mbembe (2016, p. 146)

.na rota sistemática, um desvio

(modos de viver a rua)

Na primeira vez que saí para uma abordagem sistemática ainda tinha muitas dúvidas sobre o funcionamento do serviço de abordagem. Eram dias de avalanche de informações dentro de uma série de ações, acompanhamentos e reuniões, e ficava difícil assimilar tudo. A constatação de que isso levaria um tempo e que estava tudo bem ser assim não ofereceu muito amparo nesta primeira saída, quando na abordagem a uma usuária conhecida pela equipe, em uma rua entre o Centro Histórico e a Cidade Baixa, quem também acabou sendo abordada fui eu. Conversávamos com a usuária quando uma mulher, branca, por volta dos 40 anos, aparentemente de classe média alta, que passava por ali de forma ativa e despreocupada, parou, nos observou por alguns segundos e em seguida me chamou para conversar, a alguns passos de distância. Respondi ao chamado e fui até ela enquanto minha colega, educadora social, seguiu na abordagem.

A mulher se apresentou como moradora do bairro (indicando o prédio que morava na quadra anterior) e iniciou sua fala trazendo o relato sobre pessoas que “há muito tempo vivem e dormem” em frente ao seu prédio, inicialmente com um tom de preocupação, informando condições sanitárias inexistentes e os riscos aos quais estas pessoas estavam expostas. Contudo, na medida em que seguiu com a narrativa da rotina existente nesse espaço, sua fala foi mudando gradualmente para um tom menos amistoso. Ela contou que as pessoas passavam o dia dormindo na calçada, embaixo da marquise do prédio, e à noite faziam muito barulho, “quase como uma festa onde provavelmente ocorre uso e venda de drogas”. Nesse momento seu tom já modulava entre raiva e indignação. Ela então perguntou se nosso serviço poderia ir até lá e retirar as pessoas do local.

Comecei a explicar sobre o serviço de abordagem, seu funcionamento, informando que não realizamos remoções de pessoas. Ofereci o número da central de abordagem para que ela pudesse realizar uma solicitação para estas pessoas, desde que dentro das demandas da assistência. Ela se exasperou, retomando a fala do “provável tráfico de drogas” que ocorria à noite no local. Expliquei que essa questão não seria abordada pela assistência, por ser uma questão de segurança pública, ao que ela respondeu, já bastante alterada, que deveríamos ir até lá naquele exato momento acordar e falar com as pessoas pois eram duas da tarde e eles estavam dormindo, “deveriam estar trabalhando! Onde já se viu, quem fica dormindo a essa hora do dia?!”. Em meio às minhas repetidas – e já inúteis – explicações, minha colega veio ao meu auxílio e reforçou as informações, passando o número da central de abordagem anotado em um papel para essa senhora, que guardou a anotação com desagrado na bolsa. Ela então se despediu de mim com uma inusitada cordialidade, seguindo seu caminho com a mesma presunção e despreendimento iniciais. Seguimos caminho e a partir daquele momento minha atenção no caminhar pela rua passou a percorrer, além das calçadas, marquises e viadutos, também as janelas dos apartamentos, entradas do comércio e recepções de prédios. Entendi que tudo e todos se relacionam com a rua e com que está nela. Mas quem a vive de fato?

Essa cena traz uma representação “cara a cara” do que seriam as chamadas abordagens solicitadas, modalidade de abordagem existente no serviço de abordagem social para a população em situação de rua. Trata-se do momento em que a comunidade domiciliada, sejam moradores do bairro ou comerciantes, nos demanda uma abordagem a alguém ou a um grupo que esteja em situação de rua. As motivações dadas pelas e pelos solicitantes para estas abordagens variam muito. O serviço recebe uma média de 15 a 20 abordagens solicitadas por semana (3 ou 4 por dia), e dependendo do dia ou semana esse número pode dobrar ou até triplicar (dias de frio intenso ou de algum evento de grande porte na cidade, por exemplo). Mas o que exatamente essas pessoas ditas “domiciliadas” pedem nessas solicitações? O que essa senhora da cena realmente queria dizer em seu pedido-exigência?

No seu texto “O carcereiro que há em nós”, Edson Passetti⁴⁴ trabalha com o conceito do cidadão-polícia, produzido pela sociedade de controle e um dos principais atores nas relações indivíduo-sociedade quando se trata da população em situação de rua. O professor traz que esse cidadão age como “cuidador” de sua localidade e que, por vezes, pode agir como denunciante a fim de afirmar esse cuidado. A partir deste dito “cuidado” com a cidade, podemos pensar sobre estas inúmeras solicitações de abordagem que chegam ao serviço de abordagem social. Ao solicitar uma abordagem para alguém em situação de rua, uma pessoa pode realmente pensar estar cuidando de sua cidade, podendo inclusive defender que está ajudando a cidade a estar mais “organizada”, e talvez, mesmo que num nível mais superficial, até se convencer de que está ajudando também a pessoa para quem a abordagem é direcionada. Na verdade, entre as e os solicitantes, há quem se preocupe de fato com essa população, no sentido real do cuidado com o outro, seja para questões de saúde ou de assistência. Contudo, a grande maioria sequer esconde a modulação na fala, demonstrando diretamente seu desejo em controlar o espaço urbano, com justificativas que vão desde segurança pública até o “direito” de passear com seu animal de estimação sem ter que desviar o caminho na calçada, como afirmado pela ex-secretária do desenvolvimento social da prefeitura de Porto Alegre, em entrevista ano passado⁴⁵.

⁴⁴ 2013

⁴⁵ Correio do Povo (2019)

Geralmente, para grande parte das pessoas domiciliadas que realizam essas solicitações não importa muito oferecer uma justificativa, pois em seu entendimento não se trata de um pedido, mas sim de uma exigência fundamentada na ideia de que tem direito à cidade apenas quem trabalha em emprego formal, paga impostos e vive em imóveis próprios ou alugados, ou seja, alguém que “contribui” economicamente para a cidade. Para essa parcela da população, apenas ela deveria residir na cidade, pois seu modo de viver é o modo “correto” de acordo com sua percepção do que é a vida. Logo, é automaticamente justificável a realização de suas solicitações no formato de denúncia e de exigência – que nada mais é do que um disfarce para o conhecido discurso higienista. Interessante pensar que o conceito de cuidado que surge nesse contexto está tão longe do cuidado no sentido de zelo, já que a preocupação se dá pura e simplesmente com o local, não com os sujeitos, negando totalmente que essas pessoas também fazem parte, pertencem a essa cidade, e ela, assim como a rua, também lhes é de direito.

Partindo de uma análise do funcionamento das abordagens solicitadas, uma série de pistas sobre a ramificação de sentidos dessa cena pode transbordar, seja a partir do discurso da senhora domiciliada que nos aborda ou do caráter burocrático dessa modalidade de abordagem dentro do serviço de assistência. Para pensar melhor estas questões, se faz necessário um relato um pouco mais aprofundado de como ocorrem as abordagens solicitadas. A solicitação de abordagem pode ser realizada para a Central de Abordagem ou para o número 156 da prefeitura. Nos dois casos, as equipes de abordagem se deslocam até o local informado para verificar se a situação descrita segue e, se for o caso, realizar a abordagem. Para essa reflexão, é importante focarmos justamente nesta descrição da situação nas solicitações. Como a maior parte das solicitações chegam por meio da Central de Abordagem, tomaremos como exemplo as ligações feitas para este canal. Nestas ligações, a pessoa fala com o operador da central, que anota a situação descrita, assim como o local, horário, nome de quem solicita a abordagem e o telefone desta pessoa, caso ela queira retorno sobre a ação. Após esse processo, esse serviço mapeia o território da situação e repassa a solicitação para a equipe da abordagem social responsável por tal território. Ou seja, existe um setor que canaliza essas demandas e direciona cada uma delas ao serviço de referência na cidade. Dessa forma, quando a demanda chega até a equipe de abordagem responsável pela região centro, por exemplo, ela vem a partir de um terceiro, o que certamente implica uma espécie de “filtro” na informação passada.

A demanda da abordagem solicitada geralmente chega na forma de uma ou duas frases breves e minimamente descritivas sobre a situação informada pela/o solicitante, por exemplo: “homem negro deitado debaixo da marquise, com poucas roupas, tossindo muito”; “mulher com criança de mais ou menos 1 ano pedindo dinheiro em frente ao mercado X”; “grupo de pessoas na praça com barracas e outros pertences”. Assim, em um primeiro momento, não é possível saber exatamente qual é o interesse da pessoa que solicita essa abordagem, mas é justamente esse formato de relato-denúncia, com a descrição distante e impassível de uma cena, como o apresentado por aquela senhora que nos abordou, que infere o caráter de exigência no lugar de solicitação destas abordagens. O relato vago é quase uma expressão em palavras do olhar que recai sobre a população em situação de rua no cotidiano das ruas e grandes centros: de relance, desinteressado, duro, moralizante. “Homem, negro, alto, alcoolizado, sentado no meio-fio”; “mulher jovem, cabelo comprido, com criança de colo pedindo dinheiro e comida”; “adolescentes vendendo bala na parada de ônibus”. Uma série de descrições breves e alheias sobre corpos vistos como sem nomes e sem histórias. Fotografias de um olhar passageiro, distante, fugaz, torto e rápido demais para ver mais além do que se mostra ou diz – ou do que é visto e dito.

Para cada pessoa que realiza a solicitação há um sentido e um porquê de realizar esse processo. Contudo, existem certas justificativas que se colocam mais evidentes e recorrentes, como as preocupações reais com a saúde de quem está sendo abordado, a lógica higienista no sentido de acreditar que realizamos remoções de pessoas, e também as demandas de segurança pública, a partir do medo da violência urbana que se cola, muitas vezes, na figura da população em situação de rua – que, ironicamente, acaba por oferecer muito mais proteção do que violência por meio de sua presença na rua⁴⁶. Em todos esses casos podemos encontrar a atuação do chamado cidadão-polícia, que se traduz nesses cidadãos que se comportam como agentes de segurança do Estado, fiscalizando cotidianamente o seu entorno, a partir de uma função moral de quem se ocupa de como as pessoas devem viver e conduzir suas vidas, “quanto à sua maneira de trabalhar, de consumir (...), um misto de moralidade e de trabalho”⁴⁷. Assim, mais do que fiscalizar e denunciar a situação, existe a exigência por uma forma de viver enquanto sujeito na cidade, ou sujeito permitido a ser parte desta cidade, na qual essa pessoa produza e consuma –

⁴⁶ Passeti (2013)

⁴⁷ Foucault (2008, p.431)

ou, como disse a senhora que nos abordou, “que trabalhe, pois não é hora de se estar dormindo, no meio da tarde”, estimulando uma incessante produção da norma e de um exercício de Estado por parte de todos nós.

Enquanto esse solicitante exige esse “cuidado”, seja ele genuíno para com o sujeito a ser abordado, seja o higienista, que leva em consideração uma calçada sem “desvios”, ele está agindo a partir do interesse desse Estado, pois age sobre a atividade desses sujeitos, o que eles fazem e/ou devem fazer, sua ocupação, seu viver. Esse cidadão-polícia atua com “o objetivo do controle e da responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado”⁴⁸. Afinal, produzindo e consumindo, esse sujeito entra na roda do maquinário que gera a força do Estado, dentro da lógica da produção e consumo.

Outro ponto importante de análise está na opção de retorno ao solicitante, que denuncia ainda mais a realidade desse tipo de abordagem. O fato do serviço ter a exigência de realizar um retorno para a pessoa que fez a solicitação evidencia um serviço que está sendo prestado não para as pessoas em situação de rua que serão abordadas, mas para as e os solicitantes que exigem a abordagem. Lembro da expressão no rosto de uma usuária quando fomos abordá-la a partir de uma solicitação, um misto de confusão com impaciência, porque estávamos atrapalhando seu descanso – e estávamos mesmo. Nas abordagens solicitadas, com exceção dos casos em que a pessoa está dormindo, geralmente a abordagem é efetivada, mesmo se o sujeito estiver ocupado ou em seu momento de descanso, pois existe esta “exigência institucional” de que esse trabalho seja realmente efetivado por parte da equipe, pois o serviço será cobrado posteriormente (e fiscalizado/vigiado caso não o faça). Já na abordagem sistemática, a aproximação ocorre apenas após avaliação do momento da pessoa e se ela demonstra alguma abertura.

Na abordagem em si, os processos seguem os mesmos objetivos da abordagem sistemática: questionamento sobre questões da saúde, assistência, documentação, moradia etc, tomando o cuidado do espaço dessa pessoa não ser ainda mais invadido. Nesse processo, é impossível não se deparar com todas estas questões sobre esses modos de viver mais seguros, mais corretos, que fazem mais sentido. Para quem? Mesmo partindo do pressuposto de que uma das principais práticas neste trabalho é fornecer o acesso a informações e aos direitos fundamentais como cidadão, como não se deparar com questionamentos sobre nossas práticas

⁴⁸ Foucault (2008, p. 433)

quando a pessoa que acompanhamos recusa esse acesso ou desiste de realizar um processo que lhe daria mais ferramentas para alcançar um pouco ou alguma qualidade de vida? E se na tentativa de fugir de uma imposição sobre o modo de viver na rua dentro da nossa concepção – que provavelmente é bastante diferente da maioria da população em situação de rua –, se no cuidado em respeitar o desejo e a escolha de quem é atendido pelos serviços, estivermos também permitindo que a exposição aos riscos dessa pessoa siga existindo, sabendo que nós enquanto política pública deveríamos estar fazendo o enfrentamento a estes riscos? E se no movimento contrário, quando a pessoa concorda em acessar o que oferecemos, em nossa crença de estarmos exercitando uma prática de cuidado acabamos forçando um modo de vida que termina por violentar (ainda mais) essas pessoas, por serem os únicos modos de viver “fora da rua” de que dispomos?

Uma das primeiras frases que lembro de ser dita por minha supervisora logo que iniciei o estágio foi “a gente tem que cuidar sempre para não cometermos violências também”. Contudo, é difícil ver essa linha quando nos damos conta de que também somos parte dessa forma de governar a vida que vigia, controla e pune as ações que não são feitas com base em seus interesses. Como criar estratégias de enfrentamento a essas lógicas higienistas, de extermínio e de violência contra uma população que já passou e passa todos os dias por esses processos? Fazemos parte desse Estado que viola, senão de forma direta, nesses outros modos de imposição de um modo de viver a partir do que chamamos garantia de direitos, que pode ser o modo de vida que faz sentido para nós, profissionais da assistência, nesse mundo, no aqui e agora, mas que talvez não faça para aquele senhor que vive há 60 anos na rua. Para ele, regras e horários não encaixam na sua forma de viver a vida; para ele, a rua tornou-se lar, e ele conhece seu funcionamento melhor que ninguém; para ele, é uma violência obrigarem-no a trocar sua liberdade na rua por uma rotina com horário para cada viver.

Nossas práticas de cuidado em liberdade podem ser respeitar o seu desejo de seguir na rua, sabendo que isso significa que ele seguirá sendo um idoso exposto a diversos riscos, inclusive de morte. Como lidamos com essa possibilidade dentro das nossas práticas? Aceitamos essa morte na rua, seu desejo por ela, sua inevitabilidade? Essa também seria uma violência ou seria uma estratégia de enfrentamento contra as demais violências vivenciadas por essa população?

Um ponto importante nessa discussão é perceber até que ponto oferecemos acesso à informação e em que momento esse acesso pode se tornar uma imposição. Lembro do dia em que um dos usuários acompanhados pela nossa equipe, indignado ao saber que seu benefício do bolsa-família ainda não tinha sido liberado, estando previamente consternado com outros encaminhamentos que também estavam demorando (ou tomando o tempo que costumam tomar, que é longo), disse “mas eu fiz tudo que **vocês** queriam!”. Tudo que *nós* queríamos. Relembramos ele que todas as demandas foram solicitadas por ele em diferentes momentos do acompanhamento, ao que ele seguiu esbravejando que nada mais importava de qualquer forma. Discutindo a cena mais tarde, minha supervisora e eu pontuamos essa fala, ao que ela fez o adendo de que de fato, de certa forma, ele fez o que nós queríamos, porque fomos nós quem apresentamos para ele os dispositivos sociais que ele poderia ou não fazer uso, já que eram direitos dele; porém, havia sido dele a escolha de fazer ou não esses movimentos. Porém, essa é de fato uma escolha no momento em que ela é colocada como única possibilidade para aquela pessoa acessar um direito básico?

É imprescindível que as usuárias e os usuários conheçam os dispositivos e benefícios existentes na assistência e na saúde, identificando-os e conhecendo-os, para, a partir disso, decidirem de forma autônoma se é de seu desejo acessá-los e utilizá-los. Contudo, fica a questão de até que ponto não impomos, de certa forma, essas escolhas para essas pessoas, seja pela crença apaixonada que temos pela garantia de direitos, já que boa parte do nosso trabalho tem como base essa premissa, ou por partirmos de discursos e saberes que não são acessíveis a essa população e que, por conta disso, podem simplesmente ser tomados como verdade por ela. E se nesse anseio de afirmar as bases das políticas públicas na sua relação com os direitos humanos, acabamos colocando nosso desejo sobre o desejo desse outro?

Passetti⁴⁹ fala sobre o “excesso de direitos” e seu sufocamento, e podemos sentir isso em alguns casos acompanhados pelos serviços. Apesar de a grande maioria seguir em seu próprio tempo e interesse, vemos casos onde a pessoa recebe a enxurrada de informações e simplesmente segue nosso ritmo nos encaminhamentos, acatando o que decidimos, já que somos os “especialistas”, como o caso apontado acima. Nesses casos, caberia buscar e tornar hábito a retomada do insuportável a partir de onde nasceu a luta pelos direitos humanos, para pensar até que ponto nesse mar de direitos a serem apresentados e acessados não acabamos justamente

⁴⁹ 2013

“azeitando a máquina” para que o sistema siga funcionando. Isso seria exatamente o esperado de um serviço público de assistência dentro da lógica capitalista na nossa sociedade: conserte o “desviado” e o transforme numa peça ajustada da máquina; transforme pobres em consumidores; tire o morador de rua da calçada e de sua liberdade e o coloque num abrigo com horário para comer, dormir, assistir tv, e ele que se adapte, porque esse é o modo de viver que encaixa no nosso modelo de vida. Em princípio, jamais o faríamos. Mas, e se fazemos sem nos darmos conta?

Ao longo da caminhada, encontramos diferentes modos de viver (n)a rua, e cada um deles demanda diferentes estratégias, questionamentos, problematizações dentro das nossas práticas. O ponto está justamente em manter essas perguntas como guia ou norteador ético-político do cuidado em liberdade dentro do nosso fazer, a partir do qual possamos ir criando, aos poucos, aberturas para resistência-criações que ampliem nossas possibilidades de trabalho com todos os diferentes modos de viver (n)a rua que existem.

.na parada, o ponto que não é final

(modos de morrer na rua)

Lembro de estarmos a caminho de uma reunião para discussão de caso no abrigo quando minha supervisora me diz, ali do banco da frente da combi: “Jéssica, tenho uma coisa pra te falar... é possível que o Daniel⁵⁰ tenha falecido”.

Daniel, um dos primeiros usuários do serviço que conheci quando entrei no estágio. Fomos visitá-lo em fevereiro em um dos hospitais da cidade, na ala de desintoxicação. Ele parecia bem naquela visita, conversou com a gente, riu, estava feliz com a alta que receberia em poucos dias. Lembro que ele pediu para a gente levar um refri no dia da alta, quando a gente fosse buscá-lo. Guaraná. Agora era agosto e Daniel não estava mais tão bem. Pelo contrário, estava muito pior. Em poucos meses sua condição clínica de saúde se agravara consideravelmente, seja pelo uso intenso de loló, pelo frio e chuva do inverno, pela situação de rua em si ou por todos esses fatores em conjunto, que dizem da complexidade que é o viver (n) a rua e de tudo que atravessa quem passa por esse viver. O fato é que Daniel não estava mais na parte da calçada onde costumava ficar e ninguém sabia dizer o que acontecera com ele. Pessoas domiciliadas do bairro diziam que a SAMU havia levado ele (para onde? qual hospital? ninguém sabia). Outros usuários que circulam por este mesmo espaço da rua contavam que “um carro veio e levou” (que carro? quem? para onde? nada). Várias buscas por hospitais, postos de saúde, delegacia, IML... Nada. Sumiu. Desapareceu. Mas como uma pessoa desaparece simplesmente do e no nada? Assim, no ar, ninguém sabe, ninguém viu? E em meio a minha incredulidade e indignação diante dessas perguntas, me atinge em cheio a resposta: uma pessoa em situação de rua desaparece assim. Esse sujeito que não é sujeito. Essa vida que não é vida. Que não deve ser vida. Uma semana buscando informações de Daniel, sem resposta. Uma semana inteira desse nada que diz muito. Uma semana em que o nada foi a expressão de um tudo que acontece o tempo todo.

⁵⁰ nome fictício

“Falar de literatura, então, é falar da vida; da própria vida e da vida dos outros, da felicidade e da dor. E é também falar do amor, porque a paixão é o maior invento das nossas existências inventadas, a sombra de uma sombra, a pessoa adormecida que sonha que está sonhando. E bem lá no fundo de tudo, para além das nossas fantasmagorias e dos nossos delírios, momentaneamente contida por esse punhado de palavras tal como o dique de areia de um menino contém as ondas da praia, surge a Morte, tão real, mostrando suas orelhas amarelas.”⁵¹

Ao fim da semana seguinte, encontramos Daniel internado no hospital, aquele mesmo onde o visitamos em fevereiro. Antes disso, a SAMU havia levado ele ao Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS) por conta de sua condição de saúde. Lá, viram que o caso era mais grave (pneumonia, achatamento cranioencefálico, água no pulmão, entre outras questões) e fizeram o encaminhamento para a internação hospitalar. Contudo, não havia registros com a SAMU quando ligamos. Nos outros serviços contatados, somente registros perdidos, incompletos ou simplesmente nada. O hospital se deu conta uma semana depois de quem era aquele usuário – o mesmo das outras internações, só que dessa vez estava na emergência clínica e não na desintoxicação – e só então entrou em contato com nosso serviço para informar sobre sua internação. O alívio da notícia durou somente os segundos daquela ligação. A angústia daquela semana dura até hoje.

Essa cena ficou sufocada muito tempo na garganta, ecoando no dentro sem encontrar meios de ir para o fora. Parte dela ainda segue decantando, fazendo durar por mais tempo essa semana vivida em agosto de 2019, como se aqueles dias se esticassem infinita e dolorosamente. Nas cenas trazidas aqui buscamos, na forma de narrativa, a memória de experiências vividas, na tentativa de emergir não só a história que aconteceu, mas também o que foi sentido, pensado e o que ainda reverbera internamente – e também externamente, pois se há movimento aqui, já sabemos que algo também se desloca lá (na rua, no serviço, nas instituições, no outro). Sabemos também que essa tentativa é uma aposta sem garantias, já que muito do que acontece não é possível de ser contado. Essa cena é um dos maiores exemplos disso: narrando esse momento da vida de Daniel, dos colegas que estavam comigo, dos profissionais dos serviços e da minha vida,

⁵¹ Montero (2015, p. 38)

sei que falo também da morte. Mas na verdade ela não “surge” por detrás do dique de areia; ela já está lá, o tempo todo, e nós sabemos disso. Só esquecemos ou fingimos não ver.

As informações perdidas nos labirintos da “rede” durante aqueles sete dias dizem muito mais do que suas reais palavras (“encaminhamento”, “ingresso”, “alta”, “internação”), porque falam desse sujeito que não é dono de seus registros, ou que não tem permitida a posse de sua própria vida. Para muitos essa é uma vida que não deve, merece ou precisa ser vivida, uma vida que dificilmente – ou nunca – será reconhecida enquanto vida⁵²; uma vida que deveria ser morte. Ao longo da semana de busca, escutei frases como “não encontraram o presunto ainda?” (isso dito por um profissional do serviço da assistência), entre outras “piadas” nesse mesmo teor. Tentativas de desviar da morte por meio da ridicularização, do mascaramento dela como um remendo mal feito, quando na verdade sabemos que não é possível fazer essa curva, tirar ela do caminho ou passar por ela despercebidamente, ignorando sua presença. A morte em si é desfiladeiro, penhasco, ponte levadiça, sem rota de fuga ou de escape.

Lembro de outra cena, quando dois educadores foram realizar uma abordagem solicitada a um usuário que, segundo relatos, estava doente há dias e não saía de sua barraca. Foram os próprios educadores que constataram sua morte, entre a rua e a barraca entreaberta, verificando uma pulsação já ausente. Questionados sobre o que sentiram nesse momento (quando o insuportável se faz presente e concreto), retornam com um dar de ombros, um pigarrear incomodado, a frase “faz parte”, dita sem muita certeza, e outra série de desvios nas palavras e nos gestos para escapar do intolerável. Para não encarar as gigantes orelhas amarelas diante de si. A morte é dura demais, presente demais para ser reduzida a um mero chiste, ao banal do cotidiano, para que possamos passar batido por ela como passamos por um quebra-molas ou um pedregulho na estrada – ela quebra de verdade, destrói a suspensão, rasga o pneu e segue fazendo estragos a cada vez que passamos muito rápido e sem cuidado, sem lhe dar a devida atenção. Sem entendermos o lugar que ela ocupa ali.

Passado alguns dias da cena do desaparecimento de Daniel, descobrimos que seu apelido na rua é “morto”, pela forma cambaleante como ele anda – “que nem zumbi”, como disse outro usuário. Seja pelo motivo que for, é a simbolização quase perfeita (e dilacerante) do que essa vida representa para muitos e em muitos lugares. E isso é devastadoramente triste. Insuportável. Absurdo. Porque diz desse absurdo, de considerar morta uma vida; de negar a existência desse

⁵² Butler (2015)

sujeito que ainda respira (até quando?); ou pior, de **querer** a mortalidade dessa vida a ponto de deixá-la morrer.

Mas quem quer? Quem deixa? Os serviços, os profissionais, a sociedade, o governo, as políticas públicas, eu? O que fiz por Daniel durante esse período no estágio? Acompanhamentos pontuais até um ou outro serviço da assistência ou da saúde e...? Escuta? Nos acompanhamentos procurava sempre (como fazia em todos os acompanhamentos de usuárias e usuários do serviço) conversar e oferecer uma escuta a ele. Uma vez ele me contou, feliz, de como gostava de passar a páscoa na casa da irmã, pois podia ficar um tempo com os sobrinhos. Naquele dia conheci mais desse sujeito e, além de sua história, conheci também sua potência de vida. Mesmo que emaranhada em um monte de adversidades, dificuldades, discursos lentos e evasivos, por vezes depressivos, essa potência estava lá sim, assim como nas vezes em que Daniel batia na porta do serviço de abordagem nos dias frios e chuvosos pedindo que o levássemos até o CAPS para ser internado. Sabíamos que sua principal motivação para esse pedido era querer estar seco, alimentado com “comida de sal”, como ele dizia, e dormir em uma cama quente por alguns dias, mas não seria isso também um pedido por vida, por dispositivos que fazem parte do viver – roupa seca, cama quente, comida saudável – e que proporcionam vida? Esse pedido trazia também esse desejo. Dizia dele e de quem ele é. Como fazer essa potência de vida crescer, aparecer, sobrepor a potência de morte quando essa é a dominante ali, naquele contexto?

Outra frase escutada em algum momento durante o estágio: “às vezes temos que entender que o usuário vai morrer na rua mesmo, e inclusive pode ser esse seu desejo”. Sigo questionando que desejo de morte é esse que é dado como inerente a esse sujeito, como algo nascido dele mesmo e por sua própria vontade, quando falamos de sujeitos a quem a vida lhes é negada todo o tempo, há muito tempo – por quase toda sua própria vida em si? Eles tiveram meios para acessar outras possibilidades de vida? E o que nós, ali na assistência social, profissionais tão capacitados, humanizados, trabalhadores de um serviço dito defensor da garantia de direitos (quais, de quem, como?) realmente fazemos para possibilitar essa ampliação de sentido de vida para as pessoas que atendemos diariamente?

No trabalho com Daniel me deparei concretamente com essa situação do sujeito que não “encaixa” em lugar algum. Das poucas possibilidades existentes entre os serviços de proteção, todas possuíam critérios já estabelecidos para acolher usuárias e usuários, algumas eram mais rígidas, outras menos, mas todas possuíam seus questionários e formulários que barram ou dão o

acesso a seu espaço. Na cena pela qual já passamos, sobre o ingresso de Carlos no abrigo, na qual pensamos sobre a hierarquização dessas vidas e sua gestão, falamos sobre esses critérios a partir do olhar que os serviços têm sobre quem encaixa neles. Aqui, temos o outro extremo: o sujeito que está totalmente fora do perfil e da caixa. Desorganizado demais para receber qualquer auxílio por conta própria; com a saúde debilitada demais para ingressar em algum abrigo; com uso de substâncias abusivo demais para aderir sozinho a algum tratamento; e a junção de todas essas questões de ‘excessos’ (justo de quem possui basicamente nada, concretamente falando), que culmina em seu veto de acesso a qualquer serviço e em sua sentença (estrutural, e não como consequência) de seguir na rua.

Lembro que uma das poucas possibilidades consideradas pelas equipes para Daniel seria a internação em uma comunidade terapêutica vinculada à prefeitura de Porto Alegre, onde poderia realizar um tratamento de desintoxicação de forma mais contínua e por um período de tempo mais longo e eficaz para suas demandas do que o período de internação do CAPS ou dos hospitais (que somam no máximo 21 dias). Contudo, esse espaço exigia que antes da desintoxicação fossem tratadas suas questões clínicas de saúde, pois do contrário o serviço não poderia dar conta do tratamento com relação ao uso abusivo de substâncias feito por Daniel. E aqui nos deparamos com uma nova pedra na estrada: por conta de uma série de percalços, deficiências, precariedade e descaso, institucionais e políticos, a maioria dos serviços da rede de assistência (e mesmo de saúde), de forma geral, consegue dar conta apenas e especificamente do que se propõe enquanto serviço especializado. Ou seja, o abrigo consegue oferecer a moradia temporária, o consultório na rua o atendimento clínico ambulatorial, o ação rua as abordagens e parte dos acompanhamentos para a pop-rua, a comunidade terapêutica o tratamento de desintoxicação. Mas se algum de seus usuários possuir outra demanda para além do que o serviço se propõe enquanto especialidade, o trabalho se torna quase impossível de ser realizado.

Essa era umas das razões apontadas por muitos dos serviços ao discorrerem sobre seus critérios de acesso e lamentar a impossibilidade de algum atendimento, utilizando a justificativa concreta do desmonte diário que assistimos na assistência como base para uma ilusória tentativa de evitar todos esses atravessamentos que fazem parte das pessoas que buscam por estes serviços. Ilusória porque estamos falando justamente de pessoas, com suas singularidades e seus diversos atravessamentos e marcadores – sociais, políticos e subjetivos. É impossível colocar cada pessoa dentro de uma caixa, pois somos muitos e precisaríamos de uma série de caixas

encaixadas uma na outra, atravessadas e acopladas entre si para darmos conta de toda a complexidade que comportamos em nós mesmos, ou mesmo acabaríamos jogando todas as caixas fora, porque ainda assim faltaria espaço.

O conceito de rede surge como resposta para esse nó de limitações, com o objetivo de articular essa multiplicidade de fatores entre os serviços com atuações em conjunto, organizando uma conexão ampla e tendo como norteador os princípios do SUS de equidade, universalidade e integralidade, e também o exercício ético da garantia de direitos. Contudo, sabemos que há inúmeros desafios e entraves nesse caminho; muitos deles trouxemos aqui e outros poderiam ser descritos de forma extensa, quase interminável, porém o que queremos nesse momento é parar e pensar sobre o que resulta dessa não articulação, desse nó que segue emaranhado e apertado. O que surge ou faz surgir a partir desse congestionamento na rede, desse entroncamento que impede muitas dessas conexões e garantias. Nessa parada obrigatória, quase coercitiva, surge Daniel, colocado, assim como tantos outros e outras, neste lugar do não pertencente a espaço algum (nem dos serviços, nem da rua), na condição de corpo que pode desaparecer e estar invisível por dias – mesmo que dentro de um serviço, mesmo que na própria rua.

Por outro lado, é nesse movimento do sumir que nós somos movidos – em nossos afetos e em nossas ações. Esse corpo que some é na verdade um corpo que grita em meio ao seu desmonte, pois ao ser feito em pedaços⁵³ ele se mostra, tensiona, provoca o olhar, levanta questões. É no seu desintegrar que esse corpo escapa, grita, denuncia. “Aí, neste “impossível lugar”, afirma-se uma nova existência”⁵⁴. O seu grito traz à tona a sua vida, que é a mesma que já se encontrava ali (ignorada, negligenciada, tida como não vida) e que agora é vista, pois ele chama quem passa, mesmo sem estar ali, especificamente na calçada – é justamente por não estar ali que ele convoca. Somos convocados por esse grito, seja ele concreto ou metafórico, e nos colocamos, assim como nossas práticas, em questão, porque ele mostra e diz do insuportável, da dor, do sofrer que existe nele e nesse trabalho. “Frente à dor é preciso – sempre – interrogar”⁵⁵, e é nesse movimento do corpo que some mas não some, que reaparece sem nunca ter desaparecido, que surgem as interrogações sobre o que fizemos, o que fazemos e o que é possível ser feito. O que fazer quando o que temos nas mãos não é suficiente? É esse realmente o nosso limite ou só nos acostumamos a marcá-lo sempre no mesmo lugar? No momento em que fazemos essa marca

⁵³ Aragon (2017)

⁵⁴ idem (p. 29)

⁵⁵ Idem (p. 136)

e aceitamos a impossibilidade sem dar mais nenhum passo adiante, isso também é uma escolha do tipo deixar morrer?

Nas reuniões de discussão de caso relacionadas a Daniel existia sempre o mesmo ar de desesperança misturada com impaciência e pessimismo. Além disso, aquela familiaridade do conhecido, do “sempre foi assim”, característica das falas relacionadas a várias pessoas em situação de rua que são acompanhadas há muito tempo pelos serviços. Para quem é recém chegada nesses espaços, o misto entre inquietação e confusão com essas falas é quase constante; ao mesmo tempo, é difícil não se deixar apanhar pelo piloto automático dentro do cotidiano das reuniões semanais. Às vezes nos pegamos entrando nessa lógica e sabemos, como já dito anteriormente, os inúmeros fatores que levam a esse movimento.

Contudo, no caso de Daniel, por alguma razão, nunca entrei nesse modo automatizado. Sentia a mesma impotência da equipe, a mesma sensação amarga de não saber por onde ir, mas sabia que tinha de ir para algum lugar. Porque se não fosse, esse lugar seria a morte. Talvez fosse essa certeza – que via tão colada a Daniel, enquanto para outras e outros era uma possibilidade mais distante – a razão da inquietude constante. Era difícil (e ainda hoje é) pensar na naturalização da ideia de que essa pessoa vai morrer na rua e não podemos fazer nada a respeito. Entendemos que essa é a realidade enfrentada pela maioria das e dos profissionais dos serviços de assistência. Mas entendemos também e precisamos lembrar constantemente que isso é algo que diz do insuportável, do absurdo. Diz do que não poderia existir mas existe e se tornou o cotidiano mais cruel de ser vivido.

Não sei se por conta dessa semana que me marcou tanto, se por toda a complexidade de seu caso, ou por vê-lo quase todos os dias no meu caminho de ida e volta ao estágio, já que ele sempre estava ali na mesma calçada em frente ao mercado, mas o caso de Daniel andava sempre comigo, acompanhando meus passos, minhas angústias e minhas reflexões ao longo desse ano de estágio na abordagem social. Em uma reunião de discussão de caso de nossa equipe com as equipes de saúde que o acompanhavam, estive presente como representante do nosso serviço, para falar sobre ele em nossos atendimentos, e me recordo da chuva de considerações, dúvidas e soluções descabidas que vinham a partir dos demais serviços lá presente. Uma verdadeira “pletora de seres de saber que fragmentam o encontro, fragmentando os sujeitos e objetos. Sabe-se tanto que inevitavelmente se sabe pouco”⁵⁶. Nesse caso, sabia-se pouco de Daniel, que sequer

⁵⁶ Aragon (2017, p. 26)

estava ali na reunião em que se discutia sobre sua vida. Uma das profissionais de saúde propôs que ele participasse, é verdade, porém não foi possível encontrá-lo naquele dia. Remarcar, contudo, aparentemente não era uma opção, muito pelo fato da maioria das equipes, de forma geral, considerar a ausência do/da acompanhado/a nessas discussões como uma medida acertada e conveniente.

Foi nessa reunião que percebi pela primeira vez essa incoerência tão protocolar e cotidiana na maioria dos – senão em todos – serviços de saúde e de assistência: as discussões de caso sem a presença da pessoa de quem o caso trata. Essa sem dúvida é uma das primeiras paredes que encontramos e com a qual nos acostumamos muito rápido, sem questionar muito seu propósito e funcionamento. O mesmo se dá com as evoluções de prontuários, os preenchimentos de formulários e todos os documentos que dizem da vida daqueles sujeitos, que podem conter inclusive grandes definições e mudanças em suas vidas, e dos quais muitas vezes elas e eles não participam da elaboração ou sequer têm conhecimento do que é dito sobre si e sua vida.

Quando percorro essa cena e todos os momentos vividos com Daniel, penso que às vezes (ou quase sempre) o sentimento era de que fazíamos um trabalho de cuidados paliativos, adiando de pouco em pouco uma morte real, concreta e iminente para a maioria das pessoas acompanhadas pelo serviço. Talvez para todas. Porque é essa a sensação, de que a morte está ali caminhando conosco o tempo todo, escondida atrás do dique de areia, aguardando o momento de se deixar aparecer, ou de ser revelada. De uma forma ou de outra, é certo: o morrer na rua está ali.

Quando minha supervisora saiu de férias, ela deixou uma lista de tarefas relacionadas aos casos acompanhados por nossa equipe. Ao lado de cada nome havia um encaminhamento a ser feito na rede: “realizar discussão de caso no CAPS”, “acompanhar nos exames de saúde”, “solicitar certidão de nascimento”, “agendar consulta na UBS Santa Marta”, “levar caso para reunião da RAPS”, entre inúmeras outras ações. Contudo, ao lado do nome de Daniel, estava escrito apenas uma frase. Uma frase insuportável:

- *“não deixar morrer”*.

.pós-escrito (ou o que segue lá, aqui e adiante)

Há cerca de dois meses eu soube do falecimento de Daniel. Quase que exatamente um ano depois da cena anterior ter ocorrido. Durante algum tempo não soube o que pensar a partir disso – muito ainda não sei, porque a morte, como fato duro e implacável que é, ao menos em um primeiro momento nos afeta e nos toca muito mais do que nos torna reflexivos. Sentimos ela atravessando nossos corpos com a sua consistência e concretude, percorrendo nossos sentidos, nos deixando com a sensação de que não existe nada certo nesse mundo a não ser ela, que surge sempre assim, com suas orelhas amarelas enormes e impossíveis de serem ignoradas.

Ouvindo e sentindo a notícia da morte iminente que se fez concreta, penso nesses possíveis que não aconteceram, talvez por falta de tempo, por falta de insistência, por faltas muitas de muitas coisas ou talvez por falta nenhuma e sim por excessos, como diria Passetti. Possíveis que sufocaram ou foram sufocados nesse insuportável disfarçado de cotidiano, coberto de excessos e de escassez ao mesmo tempo.

É difícil encontrar brechas no que parece ser o enclausuramento da morte – a sensação de nos sentirmos envoltos por ela de todos os lados, como algo que nos cobre totalmente – porque somos nós quem temos que quebrar a parede, fazer fissuras, rasgar a lona, e mesmo um pequeno furo demanda uma força e energia inimagináveis nisso que é viver a dor do morrer.

Mas ao longo e a partir desse caminhar, percebemos que é preciso fazê-lo, ainda mais diante e durante nossas práticas, porque há uma urgência ética nesse rompimento de paredes, nessa necessidade de levantar isso que cobre tudo que existe⁵⁷, porque já não podemos mais esperar dentro dessa forma moderada de uma vida que se conforma com tudo. A verdade é que estamos sempre em vias do tarde demais, porque essa ética que urge diz de uma coragem que “deve ser exercida até a morte”⁵⁸, e sabemos que esta chega, implacável, dura, rápida⁵⁹. “Tempo urgente de uma verdade, tempo improrrogável de uma enunciação sempre entre o mais tarde e o tarde demais: o tempo exato, cotidiano e arriscado de um cuidado e de uma inquietação

⁵⁷ Mizoguchi e Souza (2017)

⁵⁸ Foucault (*apud* Mizoguchi & Souza, 2017)

⁵⁹ *idem*

que já não podem mais esperar”⁶⁰. Inquietação com o que vemos, vivemos e, principalmente, com nós mesmos.

A pergunta segue nos acompanhando: como resistir e agir diante do insuportável? Sendo este um caminho longo e contínuo, sempre em construção, podemos pensar primeiro em como nos colocamos diante disso que sufoca, transformando essa relação de algo que nos angustia e paralisa, em algo que nos move e nos inquieta também de forma afetiva, como uma alegria que se coloca ao lado do que é terrível⁶¹ – alegria aqui como algo desejante, consciente da implicação política dentro de si, potente em conseguir desvencilhar os braços cruzados e desfazer o dar de ombros, assumindo posição ousada de resistência a partir do riso que desafia e não do que faz piada como forma de escapar do insuportável. Tal como a mulher que ri com ousadia na varanda em direção aos homens armados que passam na rua em meio à ditadura civil-militar, pois “nada morre e nada vive na rua onde o riso mira aquilo tudo com o seu sim”⁶². O riso aqui como insulto afetuoso e cruel ao mesmo tempo, que “insulta a banalização do já visto, do já dito e do ainda não”⁶³.

É necessária essa alegria, áspera e eficaz, que não se compraz em si mesma, que é revolucionária, pois transforma ao mesmo tempo em que corta e quebra. O riso que vem antes do “vocês não nos matarão”, ou antes do não deixar morrer. Diante do insuportável, do absurdo, podemos apostar na “alegria enquanto potência de agir própria ao viver a vida de modo ético”⁶⁴, ou seja, vivendo nossas práticas a partir da coragem da verdade, contando com a potência do sim sobre o que já temos a partir das experiências que nos passaram e que nos passam, assim como do que sabemos que ainda é possível alcançar, entendendo esse movimento como necessidade urgente e constante, aliada com o afeto no cuidado de si e do outro.

As pistas de como fazer esse movimento de seguir, de buscar possíveis, e dos meios pelos quais podemos fazer essas tentativas vão surgindo nessa abertura a alegria em meio ao terror, na paciência em meio à raiva, no cuidado em meio à angústia. É nesse fazer arte com o que faz sofrer e sorrir ao mesmo tempo em que se abrem possibilidade de um agir outro, um agir ético-político dentro das transformações e invenções de nós mesmos e do nosso fazer diante desse insuportável que insiste e vai

⁶⁰ Mizoguchi e Souza (2017)

⁶¹ idem

⁶² Baptista (2011)

⁶³ Idem

⁶⁴ Mizoguchi e Souza (2017, p.45)

seguir insistindo em ser e estar. Não deixar morrer a dor e a potência dos gritos expressados por todos estes corpos-resistência que expandem e ampliam suas possibilidades nas denúncias sobre os riscos que sofrem, a vulnerabilidade que vivenciam e as desigualdades nas quais habitam.

Uma pista de possível encontrei aqui: palavraria. Como diz Fassin⁶⁵, é nas e pelas palavras que podemos fazer de uma vida uma biografia, buscando sentidos a partir de experiências, eventos e acontecimentos, e usando a linguagem para transmitir isso aos outros. No caso de populações expostas a violências, narrar histórias, contar vidas, implica um exercício ético de transformar uma política de vida biológica a ser resgatada em uma política de vida biográfica a ser escutada. E já que, também nesse agir, sabemos que se mantém uma diferença entre aqueles cujas vidas são contadas e aqueles que podem contá-las, se faz obrigatório que essas biografias, ao serem narradas, tenham mantidas suas dimensões políticas, sociais e históricas, reconhecendo a existência dessa diferença, por exemplo, como fato político, e a ação do testemunho como tentativa de reconhecer e denunciar essa desigualdade. Trata-se de um exercício ético de estar constantemente atento a todo o nosso fazer, mesmo aquele que diga da criação de um novo agir e do respeito à alteridade, e entender esse cuidado como forma de resistência, pois sabemos que partimos de um lugar privilegiado no qual tendemos a produzir verdades sobre o outro e também, conseqüentemente e em algum momento, reproduzir novas violências e exclusões.

Levando em consideração esse cuidado no palavrear(-se), me recordo então de outras palavras, sensíveis e pujantes, de uma querida professora e amiga que, quando lhe contei essa última cena, seu desdobrar na morte e o sufocamento de ação e palavra que ela me provocava, me respondeu que ao escutar esse acontecimento ela compreendia que a vida de Daniel na verdade seguia – estava ali, comigo e com nós duas, naquele partilhar. E agora penso que essa vida também vai seguir aqui, nessa escrita e na sua leitura, caminhando conosco agora e depois. A escrita é um meio de não deixar morrer. Sempre foi e nesse momento é mais do que nunca. O registro nas palavras também é implacável ao fazer marca – sobre pessoas, histórias, vidas, experiências – e movimento, a partir do afeto que desperta em quem encontra essa escrita. Ele se abre para nos mostrar esse outro possível que há em tudo que fazemos, como uma esperança que se apresenta enquanto verbo, não como substantivo, e que por isso deve agir e ser exercitada.

⁶⁵ (2018)

Quais são os outros possíveis?

.referências

- Aragon, L. E. (2007). *O impensável na clínica: Virtualidades nos encontros clínicos*. Porto Alegre: Sulina/editora da UFRGS.
- Barembliitt, G. F. (2002) *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)
- Batista, W. M. (2018). A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Revista Direito e Práxis*, 9(4), 2581-2589. Recuperado em 20 de setembro de 2020 de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36867>
- Baptista, L. A. (2011). O enigma do sorriso que diz sim! *Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais*, 25(75). Recuperado em 25 de julho de 2020 de <https://app.uff.br/slab/uploads/texto117.pdf>.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, (19), 20-28. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- Borges, P. (2018, maio 14). População em situação de rua e o interminável 14 de Maio, o dia pós abolição. *Alma Preta: jornalismo preto e livre*, Editoriais, Realidade. Disponível em: <https://almapreta.com/editoriais/realidade/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-interminavel-14-de-maio-o-dia-pos-abolicao>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. (2014). *Saúde da população em situação de rua: um direito humano*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Butler, J. (2015) *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cesar MC. (2019). Canção Infantil [gravada por Cesar MC]. Em *Canção Infantil* [mídia digital]. São Paulo: PineappleStormTV.
- Correio do Povo. (2019). Secretária Nádia reitera críticas à abordagem a moradores de rua e promete reunião com servidores. *Correio do Povo*, Geral. Disponível em

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/secret%C3%A1ria-n%C3%A1dia-reitera-cr%C3%ADticas-%C3%A0-abordagem-a-moradores-de-rua-e-promete-reuni%C3%A3o-com-servidores-1.348228>

Decreto Nº 19.885, de 30 de novembro de 2017. (2017). Institui os benefícios Bolsa Auxílio Moradia e Bolsa Formação e Qualificação Profissional para jovens e adultos em situação de rua, beneficiários do Projeto Mais Dignidade. Leis Municipais. Porto Alegre, RS: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jvmgt>

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34

Evaristo, C. (2017). *Histórias de leves enganos e parecenças*. Rio de Janeiro: Malê Editora.

Fassin, D. (2011) *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Califórnia: University of California Press; First edition.

Fassin, D. (2018/09/07). Entrevista a Didier Fassin [arquivo de vídeo]. Obtido em: <https://www.youtube.com/watch?v=XtPrNZtNZQo>

Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC; Prefeitura de Porto Alegre. (2014). *Serviço Especializado em Abordagem Social*. Porto Alegre. Recuperado em 25 de agosto, 2020, de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=171706&SERVICO

Jesus, C. M. de (2014). *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. (10a ed.). São Paulo: Ática. (Obra original publicada em 1992).

Londero, M. F. P & Paulon, S. M. (2012). A clínica enquanto acontecimento. *Cadernos de Subjetividade*, n. 14, 105-113. Recuperado em 25 de julho de 2020 de <http://revistas.pucsp.br/cadernossubjetividade/article/view/38496/26165>

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, 122-151. Recuperado em 20 de setembro de 2020 de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

Mizoguchi, D. H., & Souza, A. D. M. P. (2017). A urgência das inquietações: uma improrrogável militância. *Revista Polis e Psique*, 7(1), 25-48. Recuperado em 18 de setembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000100003&lng=pt&tlng=pt

Montero, R. (2015). *A louca da casa*. Rio de Janeiro: Casa dos Livros Editora Ltda.

Passetti, E. (2013). O carcereiro que há em nós. In: Ximendes, A. M. C.; Reis, C. dos; Oliveira R. W. *Entre garantia de direitos e práticas libertárias*. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Pimenta, M. de M. (2019). Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 19(1), 82-104. Recuperado em 20 de setembro de 2020 de <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>